



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Yuri Jahara Magalhães Simão

E viveram felizes com mais gente: a experiência de casais gays no mercado sexual

Rio de Janeiro

2018

Yuri Jahara Magalhães Simão

E viveram felizes com mais gente: a experiência de casais gays no mercado sexual

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

S588v Simão, Yuri Jahara Magalhães
E viveram felizes com mais gente: a experiências de casais *gays* no mercado sexual/ Yuri Jahara Magalhães Simão. – 2018.
97 f.

Orientador: Sérgio Luis Carrara

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Homossexualidade masculina – Teses. 2. Comportamento sexual – Teses. 3. Parceiros sexuais – Teses. 4. Afeto – Teses. 5. Trabalho sexual – Teses. 6. Pesquisa qualitativa – Teses. I. Carrara, Sérgio Luis. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 613.885-055.1(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Yuri Jahara Magalhães Simão

E viveram felizes com mais gente: a experiência de casais *gays* no mercado sexual

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16 de abril de 2018.

Banca examinadora

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara (Orientador)
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dr. Horacio Federico Sívori
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof.^a Dra. Anna Paula Uziel
Instituto de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ

Prof. Dr. Murilo Peixoto da Mota
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são, sem dúvida, parte essencial deste trabalho. O apoio que recebi nesses últimos dois anos me fortaleceram em momentos de grande incerteza em um meio no qual possuía pouca familiaridade. Graças aos bons encontros da vida, pude estar onde estou e apreciando uma nova titulação, que, inquestionavelmente, é construída por diversas mãos.

Uma conquista como essa merece os devidos agradecimentos, principalmente:

À Laurinda de Fátima, minha mãe, minha fã número um, por todo apoio e suporte. Se hoje ganho uma titulação é graças ao seu esforço em educar os filhos na esperança de que eles tivessem um futuro melhor. Obrigado, muito obrigado;

ao Ruy Sérgio, meu pai, agradeço pela vida e torço para que meus passos continuem sendo motivo de orgulho e alegria para você;

ao Ricardo Nobre, meu companheiro, pelo imenso suporte durante todo esse estressante processo. Meu amor, meu amigo, que sempre acreditou no meu potencial nas épocas em que a dúvida e a incerteza eram predominantes. Te amo!

Ao Sérgio Carrara, por toda a ajuda e paciência que generosamente me ofereceu nesses dois anos. Sou muito grato ao seu carinho, gentileza e doação em me ensinar tanto em tão pouco tempo. Levo esse aprendizado comigo e espero poder fazer bom uso dele;

aos meus colegas e professores do IMS por estarem ao meu lado nessa jornada árdua, intensa e coletiva que, sem dúvida, foi um marco para a maioria de nós e para a UERJ. Em especial à Beatriz Rique, ser único e amoroso, que tive a oportunidade de conhecer e dividir tanto nesses meses de aprendizado;

à Fernanda Castro e Isabel Siqueira, dois corações que nunca esquecerei. Pela amizade, pelo apoio e cooperação nos momentos bons e ruins dessa caminhada. Levo nossa amizade para além dessas palavras e espero que ela floresça sempre em bons encontros. Obrigado!

Ao GANIMEDES, por onde tudo começou. Sou imensamente agradecido a todos do grupo que contribuíram para o meu crescimento enquanto pessoa e pesquisador. Em especial ao Murilo Mota, coordenador, que generosamente me abriu portas para um conhecimento essencial tanto para minha profissão como para minha vida;

À CAPES, por fomentar minha pesquisa por meio de um auxílio financeiro que me permitiu uma maior dedicação ao tema e aos estudos;

aos meus amigos que foram suporte em incontáveis momentos de frustração e estresse. Obrigado por toda a presença nesse período tão importante e intenso!

Aos meus interlocutores, que generosamente cederam suas histórias para que esse trabalho pudesse acontecer. Obrigado por me oferecerem tanto!

À comunidade LGBT como um todo, que luta por equidade de direitos para uma população que ainda sofre por não ser aceita em sua existência.

Amor, trabalho e conhecimento são as fontes da nossa vida. Deviam também governá-la.
Wilhelm Reich

RESUMO

SIMÃO, Yuri Jahara Magalhães. **E viveram felizes com mais gente**: a experiências de casais gays no mercado sexual. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

O presente trabalho articula a experiência do mercado sexual em relação à casais gays residentes da cidade do Rio de Janeiro. O trabalho tem como base formulações do sociólogo Michael Pollak em pesquisa voltada aos estilos de vida homossexuais na década de 1980. Sua investigação apresenta o cenário da homossexualidade circunscrita por estigmas que impactavam a expressão de sua afetividade e sexualidade. O autor nomeou como mercado sexual o *locus* de estratégias que, na época, surgiam como possibilidades eficientes, anônimas e rápidas à troca sexual entre pessoas do mesmo sexo. Por sua vez, a manutenção de conjugalidades estáveis manifestava impasses tanto pela ausência de referências que fundamentassem esse formato de relação, quanto pela existência de um mercado sexual que se colocava como uma proposta sedutora aos obstáculos discriminatórios daquele período. O mercado sexual se apresentava como uma via prática às relações imediatas, pois garantia uma cisão entre sexo e afeto, racionalizando as relações de modo que as trocas eram mensuradas pelo seu potencial em oferecer prazeres sexuais sem compromissos morais e sociais. Após décadas desde as reflexões de Pollak, observamos como as noções de conjugalidade homossexuais masculinas, assim como a expansão do mercado sexual, se modificaram ao ponto de permitirem uma interseção entre estas duas dimensões. Como método, utilizamos entrevistas semiestruturadas com 7 homens gays em relacionamentos estáveis em busca por articulações que nos levassem ao entendimento dos acordos estabelecidos entre o casal e suas possíveis relações com o mercado sexual. Sendo assim, a pesquisa procurou sobretudo entender como atualmente casais em *relacionamento aberto* conciliam o mercado sexual dentro de uma proposta de união que permite acessar afeto e sexo com terceiros sem ameaçar a coesão de uma relação que se configura a dois.

Palavras-chave: Homossexualidade masculina. Relação aberta. Mercado sexual. *Cruising*. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

SIMÃO, Yuri Jahara Magalhães Simão. **And they lived happily with more people:** the experience of *gays* couples in the sexual market. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This thesis articulates the experience regarding the sexual market of gay couples who live in the city of Rio de Janeiro. My reflection starts with Michael Pollak's ideas on homosexual lifestyle in the 80's. His sociological investigation presents a homosexual scenario surrounded by stigmas and its impact on the possibilities of expression of affectivity and sexuality. The author named as sexual market the locus of strategies that, at that point, emerged as a quick, efficient and anonymous way for gay people to engage on sexual trade. On the other hand, the maintenance of stable conjugality was then uncertain because of the lack of social references that could support this kind of relationship. And also because of the existence of a sexual market that, separating sex and affection, presented itself as a simple way to stablish immediate contacts. Rationalizing sexual relationships, the sexual market offered sexual pleasures without social and moral commitments. After decades since Pollak's reflections on the subject, we observe how notions of conjugality of gay men, just like the expansion of the sexual market, could modify themselves to permit an intersection between these two dimensions. As a method, we use demi-structured interviews with seven gay men in stable relationships searching for articulations that could lead us to the understanding of agreements previously established between the partners and their possible relations with the sexual market. Therefore, the objective of this thesis is to understand how couples in an open relationship reconcile the seductions of the sexual market inside a proposition of union that allows the articulation of affection and sex with other people with no threat to the cohesion of the couple.

Keywords: Male homosexuality. Open relationship. Sexual market. Cruising. Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	CONJUGALIDADE E MERCADO SEXUAL: novos olhares	17
1.1	Conjugalidade, família e casamento	18
1.2	Mercado sexual e os novos empreendimentos	27
2	DESCRIÇÃO DE CADA RELACIONAMENTO	34
3	ACORDOS	42
3.1	O uso de preservativos	51
3.2	O uso do mercado sexual pelos interlocutores	55
3.3	Monogamia	59
4	RAZÕES	63
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	80

INTRODUÇÃO

As relações entre conjugalidade e sexualidade vêm sofrendo transformações significativas ao longo das últimas décadas. Aliado a esse processo, a noção do que é família também vem concentrando novos olhares que a distanciam de um formato sacralizado, baseado em laços monogâmicos e indissolúveis. Observa-se, nesse sentido, grande atuação do Supremo Tribunal Federal ao ampliar o entendimento do que é família numa interpretação jurídica a partir da Constituição Federal de 1988, que formalmente reconhece como entidade familiar apenas a união estável entre um homem e uma mulher. Por esse ângulo, a *homoafetividade*¹² se coloca como um dos possíveis laços interpessoais que podem dar origem a um arranjo familiar e seu respectivo reconhecimento legal. A própria ideia de conjugalidade, antes destinada a ter seu propósito circunscrito à reprodução, ganha novos sentidos, orientados por dinâmicas em que a sexualidade não reprodutiva ocupa lugar central.

No Brasil, observa-se uma intensa discussão sobre as relações entre conjugalidade, sexualidade e família não só no campo das ciências humanas e sociais, como também no plano jurídico e legislativo. Segundo Carrara (2016), na primeira década dos anos 2000, os tribunais brasileiros começaram a se mostrar, em diversos níveis, mais sensíveis às demandas por direitos LGBT, apesar das dificuldades de aprovação de leis nacionais que garantam o atendimento de tais demandas. Em 2011, a suprema corte do país reconheceu as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo como sociedade conjugal. E o reconhecimento da união homoafetiva institui um novo olhar sobre instituições sociais, tais como a família e o casamento, evidenciando que suas representações estão longe de garantir universalidade e igualdade de direitos a todos os indivíduos.

¹—O termo homoafetividade foi consagrado pela jurista Maria Berenice Dias em sua obra *União homossexual: o preconceito e a justiça* (2000). A ideia foi utilizada para justificar a união entre pessoas do mesmo sexo no âmbito da proteção dos regimes jurídicos dados em relacionamentos estáveis ou casamentos civis, tendo o afeto romântico como argumentação para defender a aliança entre duas pessoas do mesmo sexo, uma vez que o preconceito social afirmava que a principal motivação para tal união se dava apenas pela luxúria ou pelo erotismo. A relação homossexual foi atrelada, então, a uma justificativa adicional que não legitima o casamento apenas pela condição de ser um contrato entre dois cidadãos, assim como se postula em comunhões heterossexuais. O uso da palavra homoafetividade neste trabalho se restringirá ao seu viés jurídico enquanto reconhecimento de uma das possíveis formas de conceber a conjugalidade. Não abordaremos, aqui, questões pertencentes a uma discussão mais profunda sobre a positivação do afeto como um fundamento implícito a essas relações na esfera legal. Para um maior aprofundamento, ver Costa e Nardi (2015).

² Utilizamos o itálico como forma de destacar certas expressões adotadas ora por autores, ora por interlocutores, entendendo que tais palavras ganham um significado singular na forma como são contextualizadas.

A conjugalidade tem sido tema de interesse ao longo da minha formação acadêmica. Minha educação profissional começa na psicologia, com especialização na área clínica. Ao longo da atuação enquanto clínico, pude perceber que minha formação não fornecia elementos que permitissem um aprofundamento em questões de gênero e sexualidade. Interessava-me particularmente estudar como se davam os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo.

Minha busca por compreender uma área que se mantivera tão tímida em minha formação me levou ao encontro de um mestrado voltado aos temas de gênero e sexualidade. A conjugalidade sempre esteve presente direta ou indiretamente em meus objetivos de pesquisa dentro do Instituto de Medicina Social (UERJ). Aos poucos, a conjugalidade homossexual masculina ganhou protagonismo. A partir dela pude me aproximar de autores que se debruçaram sobre esse assunto, dentre os quais destaco o sociólogo Michael Pollak, que veio a ser um dos esteios para a estruturação de meu objeto de pesquisa.

Em 1987, Michael Pollak lança um artigo intitulado “A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto?”, em que se propõe a discutir a saída da homossexualidade das sombras, do domínio do não dito. O autor austríaco concentrou novos olhares sobre a homossexualidade, para além das tentativas de explicá-la e/ou classificá-la sob o crivo biomédico. Diferente de teorias que tratavam a homossexualidade como um desvio ou perversão, seu interesse era saber como viviam os homossexuais.

Segundo o autor, em meados da década de 1970, pesquisadores americanos e alemães se debruçaram sobre os estilos de vida homossexuais em um contexto de liberação geral dos “costumes”. O movimento de liberação sexual dessa época colaborou na produção de dois efeitos: certa racionalização da sexualidade e sua maior autonomia frente às tramas sociais vigentes. A liberação sexual se estendeu para além do gueto e da própria homossexualidade, afetando também a forma como se avaliavam as relações heterossexuais. A emancipação da sexualidade de certos contextos sociais afetou a forma como diversos indivíduos elaboravam a questão do sexo e da sexualidade em suas próprias vidas.

Ainda assim, a hegemonia da norma heterossexual tinha efeitos diretos sobre as relações sociais sexo-diversas³. Condutas que fugiam a uma norma pautada pela heterossexualidade eram rechaçadas e proibidas, quando não passíveis de punições severas. A proibição de comportamentos que não estavam dentro da norma excluía a homossexualidade de certos compromissos sociais, como os supostos na instituição do casamento, e de certas

³ Utilizo o termo *sexo-diverso* para me referir à variedade de experiências no âmbito das expressões de gênero e sexualidade que não se conformam inteiramente à norma heterossexual.

regras de relacionamento.

Um desses efeitos foi a formulação de respostas que permitissem a expressão da homossexualidade, mesmo que de forma clandestina e marginalizada, acarretando num processo de racionalização da sexualidade. Nesse caso, a impossibilidade da expressão pública dos estilos de vida homossexuais resultou num cálculo a partir do qual se buscava propiciar encontros sexuais em que os riscos de revelação pública da homossexualidade fossem reduzidos e a eficácia do próprio encontro fosse otimizada.

Racionalização, aqui, significa a elaboração de estratégias que permitiam expressar e realizar desejos sexuais socialmente desaprovados. Uma das dimensões mais importantes dessa racionalização diz respeito ao anonimato dos parceiros envolvidos. Sendo assim, era possível manter encontros que se voltavam a um mínimo investimento afetivo e a um máximo rendimento orgástico sem que, ao menos, se conhecessem os parceiros envolvidos.

Nos grandes centros urbanos, o contexto em que práticas sexuais marginalizadas ocorriam foi designado por Pollak de *mercado sexual*, que pode ser definido como um circuito de relações, mediadas ou não por bens ou dinheiro, em cujo âmbito se aperfeiçoam técnicas de socialização com o propósito de se obter parceiros sexuais. A otimização, o pragmatismo e o imediatismo das relações caracterizam o mercado como um espaço onde o principal objetivo é o ato sexual propriamente dito.

A ideia de mercado do sexo se inspira na lógica de um comércio no qual se propiciam trocas de bens e serviços com ou sem mediação de dinheiro. A abordagem que daremos ao mercado aqui não se enviesará para relações que se baseiem apenas em acordos comerciais. O sexo tarifado não é uma exclusividade do mercado sexual e, portanto, será colocado como uma das tantas possibilidades de consumo oferecidos. Nem toda troca se sustenta por acordos financeiros, o que não significa que deixem de ser acordos ou que não haja, entre os envolvidos, troca de tipo econômico, ou seja, pragmática e limitada por interesses pontuais. Todavia, consideramos que não existem limites claros que certifiquem que transações devem ou podem ser essencialmente comerciais ou não. Outros autores colaboram para a reflexão do apagamento dessas fronteiras em que o amor e as negociações mercantis andam lado a lado, tal como a modalidade do “sexo transacional” (Piscitelli, 2014).

Para o autor, relações estáveis homossexuais nessa época tenderiam a durar menos, pois encontrariam em sua base uma dificuldade maior para unir as dimensões do afeto e da sexualidade. Dificuldade esta que, em princípio, não se apresentaria tão intensamente na base dos relacionamentos heterossexuais. A falta de “cimento social” não consolidava, então, um ideal de relação homossexual a ponto de garantir estabilidade às uniões entre pessoas do mesmo sexo.

_____ Cabe lembrar que o autor aponta o uso da palavra *afeto* com base no reconhecimento de uma dimensão amorosa que não estaria presente em relações racionalizadas. Afeto, nesse sentido, indicaria toda expressão oriunda de uma relação que não se pauta apenas por *acordos orgásticos*, geralmente presentes no contexto do mercado sexual. Acreditamos que o autor faça uso desse termo como um possível sinônimo para “amor”, que estaria ligado a um investimento que não é nem imediato, nem anônimo.

No entanto, utilizaremos a palavra “afeto” a partir de sua derivação latina *affectio*, que possui vários significados, tais como: relação, disposição, estado temporário, amor e atração. Corremos um risco ao utilizar apenas um significado dentre os tantos por que a palavra é carregada, principalmente em casos nos quais ela pode representar tanto um “estado temporário”, quanto ser utilizada na forma de “amor”, supostamente um estado que possui um maior prolongamento temporal.

Nesse sentido, nossa abordagem considerará o termo afeto como uma expressão de afeição, o que significa que toda relação é uma forma de conexão e, logo, uma forma de afeto. Por esse aspecto, amor e sexo são formas de afeto que se diferenciam pela maneira como são investidas temporalmente. A validade de certos afetos condiz com a forma como relações são acordadas e estabelecidas. Relações pautadas dentro do mercado sexual tendem a produzir afetos que se condicionam à durabilidade dos encontros, ou seja, encontros racionais, anônimos e imediatos tendem a ter afetações que expiram brevemente. Ao contrário, a conjugalidade se atribui de afetos que parecem estabelecer outra temporalidade, que permite que certas relações perdurem para além dos encontros casuais.

Desse modo, o entendimento do termo afeto amplia a perspectiva das relações considerando toda manifestação em relação ao outro como uma forma de afeto, independentemente de sua temporalidade. Para futuros esclarecimentos, consideraremos a noção de afeto utilizada por Pollak como a expressão de uma perspectiva voltada à concepção do amor ou de manifestações ligadas à ternura, geralmente presentes em relações com uma maior durabilidade.

Para o autor, no estilo de vida homossexual masculino daquele período, conjugalidade e estabilidade se chocavam com a dinâmica do mercado sexual. Os atrativos do mercado se distanciavam do propósito da conjugalidade, uma vez que o sexo *fácil* e racionalizado ia contra o *esforço*⁵ necessário para se manter um relacionamento baseado em uma perspectiva amorosa. O esforço relatado era efeito de um regime discriminatório que dificultava encontros que não eram formatados dentro da lógica do mercado sexual. Isso não significa que a manutenção de uma relação conjugal em outros contextos se dê necessariamente de forma laboriosa.

Pollak escreve com base em indagações existentes na década de 1980, momento em que homossexuais eram alvo mais intenso de estigmas e perseguições por suas condutas sexuais

⁵ Esforço aqui se contextualiza pela dificuldade que se apresentava para casais homossexuais de se manterem em um ambiente que oferecia empecilhos a esse tipo de coesão conjugal. Investir em uma relação estável em meio a uma conjuntura social repressora aliada a um mercado sexual sedutor demandava do indivíduo um constante empenho na manutenção de um relacionamento.

“transgressoras”. Passadas mais de três décadas, como se configuram os estilos de vida homossexuais na atualidade? E, em específico, como se configuram os relacionamentos afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que a homossexualidade sofreu importantes transformações políticas, sociais e jurídicas, que permitiram um relativo arrefecimento da discriminação e o reconhecimento legal das uniões homoafetivas?

Além disso, a própria noção de mercado sexual se expandiu e se transformou, absorvendo novos contextos sexuais e, conseqüentemente, novos nichos de consumidores. Nesse novo contexto de crescente reconhecimento social e ampliação de dinâmicas sexuais, conjugalidade e mercado sexual estariam fadados a se manter distantes um do outro?

Meus questionamentos acerca da conjugalidade homossexual masculina me levaram ao interesse por um modelo de relação que recebe o nome de “relação aberta”. Relação aberta é um termo êmico geralmente utilizado para caracterizar relações conjugais em que há consensualmente a possibilidade de troca afetiva, sexual ou amorosa com terceiros sem que isso se manifeste como algum tipo de infidelidade ou traição da relação, tal qual acontece habitualmente em relações monogâmicas.

Uma vez que Pollak fala em uma cisão entre sexo e amor, preoquei-me em entender como contemporaneamente se dá essa articulação em acordos conjugais homossexuais em que há a possibilidade de se experimentar trocas sexo-afetivas com outras pessoas que não apenas o próprio parceiro. Se na década de 1980 a durabilidade dos relacionamentos homossexuais era condicionada pelos impasses de uma sociedade pouco receptiva e pela presença de um atraente mercado sexual, como casais homossexuais lidam com essa tensão em configurações que, de certo modo, autorizam a entrada do mercado sexual no seio de um relacionamento estável? A cisão entre sexo e amor ainda estaria presente nesses relacionamentos? Seria a relação aberta uma saída aos impasses que viveram os homossexuais sobre os quais Pollak refletia? Essas perguntas nortearam meu caminho rumo ao objeto de pesquisa: o modo de gestão das relações conjugais entre homens, tendo em vista a presença do mercado sexual no esteio desta configuração.

Uma vez que, segundo Pollak, estilos de vida homossexuais eram guiados por valores que ordenavam a separação entre amor e sexo, como esses casais fariam funcionar estilos de conjugalidade pautados em uma configuração aberta ao mercado sexual? Meu interesse se voltou a este tipo de conjugalidade que, em sua configuração, se diferenciava em relação à hegemonia da conjugalidade heterossexual como único padrão possível de gerenciamento de uma relação. Entendemos aqui que a abertura de possibilidades da conjugalidade produziu variações nas formas de se pensar e conduzir um relacionamento, a partir das quais a

monogamia e a conjugalidade heterossexual não se situam mais como os únicos modelos de relação socialmente legítimos. O que significa que novas configurações e acordos têm se formado para dar conta de modelos que não se ajustam mais a um padrão socialmente predeterminado.

O aguçamento de meu interesse pelo tema me levou à busca de homens gays, em relação aberta, de diferentes gerações e que pertencem a uma mesma camada social. Concentrei meus esforços nas faixas etárias que contemplavam indivíduos entre 25 e 35 anos e entre 40 e 60. Como contraponto, julguei ser interessante entrevistar, ainda, homens gays em algum tipo de *relação estável*⁶ não aberta. Considerei inicialmente recrutar meus interlocutores através da técnica *snowball* (bola de neve), mas não foi possível construir uma rede de interlocutores ligados por uma mesma afinidade.

Abandonada a proposta do *snowball*, recorri à rede social *facebook* como meio de busca de indivíduos interessados na pesquisa. Utilizei a minha própria rede de conhecidos do como forma de apresentar o trabalho. Elaborei um texto com os critérios da minha pesquisa e os distribuí entre os colegas que imaginei que poderiam conhecer homens gays que se encaixassem dentro da proposta. A tentativa foi bem-sucedida e, por intermédio dos meus próprios contatos, conheci os setes entrevistados na minha pesquisa.

Os indivíduos entrevistados pertencem a camadas médias do Rio de Janeiro. As idades variam entre 25 e 60 anos, sendo três deles com idade igual ou inferior a trinta anos, e quatro com idade superior a trinta anos. Todos os interlocutores, sem exceção, afirmaram ter alguma formação superior. Em relação à ocupação, temos um médico, um gerente de hotéis, um bancário, dois engenheiros de diferentes especializações, um empreendedor e um coordenador de recursos humanos. Quatro entrevistados afirmaram morar na zona sul do Rio de Janeiro, dois moram na zona norte, e apenas um relatou ser morador do centro da cidade. Dos sete entrevistados, dois assumiram estar em relação estritamente monogâmica. Lembrando que o uso de nomenclaturas como *relação aberta* e *monogamia* foi assumido pelos próprios participantes. As diferenças de idade dos interlocutores foram contempladas por acreditarmos que haveria influência de singularidades geracionais na forma de avaliar e perceber esse tipo de relacionamento.

⁶ Diferente de “união estável” (instituição jurídica), o termo “relação estável” diz respeito a uma categoria êmica localizada no bojo dos relacionamentos conjugais. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa foi se aproximar de casais que entendiam seus relacionamentos dentro de uma proposta de estabilidade, ou seja, de certa gerência e compartilhamento da vida, podendo ou não haver coabitação.

Todos os entrevistados afirmaram estar em sua primeira experiência dentro de uma relação que permite algum tipo de abertura a terceiros, e que todos os relacionamentos anteriores eram pautados por uma lógica monogâmica, o que garantia exclusividade e certa noção de fidelidade no gerenciamento da sexualidade entre o casal.

Os entrevistados que assumiram estar em uma relação aberta indicaram, ainda, que seus relacionamentos atuais não se estabeleceram como abertos desde o início, mas sim por configurações monogâmicas. Isso evidencia que a relação aberta, nesses casos, foi construída a partir de uma reflexão interna do casal após certa estabilidade, garantida por um recorte temporal (meses, anos, décadas).

Outro fator importante foi o uso do conceito de “curso de vida” (Simões, 2004) como forma de abordagem e recorte das histórias desses sujeitos. Tal conceito se coloca como uma tendência alternativa à ideia de “ciclo de vida”, em cujos termos se propõe que as fases da vida sejam compreendidas como uma progressão contínua e linear (crescimento, maturação, reprodução, declínio e morte). Por sua vez, a abordagem da vida a partir de uma perspectiva dinâmica abre a possibilidade de se observar trajetórias que se deslocam de narrativas que se amparam em um modelo biográfico. O recorte geracional surge como uma ferramenta dinâmica de análise, pois se configura pela combinação das circunstâncias históricas, sociais e culturais que levam determinado grupo a ter as mesmas referências e experiências.

Desse modo, a idade dos entrevistados terá menos importância do que o horizonte histórico em que tais indivíduos se situam, uma vez que nosso interesse se volta ao recorte geracional como parâmetro de diferença entre cursos de vida. Buscaremos, então, compreender as diferentes negociações com o mercado sexual a partir de gerações diferentes.

Na amostragem de Pollak (1987), indivíduos mais jovens apresentariam maior autonomia de escolha como consumidores de um mercado sexual, sendo menos “refêns” de um ambiente marcado pela marginalidade característica de um regime repressivo. Se as novas gerações se apoiam menos na comunidade homossexual em busca da definição de sua identidade e de seu equilíbrio sexual e afetivo, interessa-nos saber como diferentes gerações reagem à proposta de uma relação aberta e que tipos de acordos nascem sob diferentes referências e estilos de vida. Se a identidade sexual dos indivíduos homossexuais não mais se constrói apenas sob padrões de territórios em que se convergiam gostos, interesses e temperamentos (Perlongher, 1987), sob quais esteios diferentes gerações se apoiam na construção de suas identidades e, logo, de suas noções de relação e conjugalidade?

Todos os entrevistados mantinham uma relação no momento em que foram convidados a participar da pesquisa. A duração da relação – curta ou longa duração – não foi um critério

de corte ou inclusão, mas se tornou um elemento de análise a ser evidenciado a partir da fala dos entrevistados.

O principal instrumento da pesquisa qualitativa foi a entrevista semiestruturada. A escolha por este modelo se deu pela necessidade de um roteiro previamente definido, para que se alcançasse um direcionamento maior sobre o assunto a ser investigado. A elaboração do roteiro condensou perguntas mais objetivas, com a presença de tópicos flexíveis de discussão. A primeira etapa se deu com a apresentação de questões relacionadas a dados sociodemográficos e trajetórias profissionais. A segunda teve maior liberdade quanto à orientação dos assuntos a serem explorados, mas a condução visava à obtenção de histórias que nos conduzissem à exploração de modos de vida homossexual em relacionamentos estáveis que instituísem em suas relações aproximações com o mercado sexual a partir do chamado relacionamento aberto.

1. CONJUGALIDADE E MERCADO SEXUAL: novos olhares

No chamado mundo ocidental, desde finais do século XVIII, assistimos a intensas transformações sociais, morais, econômicas e políticas. A conjugalidade⁷ como a conhecemos é um dispositivo plástico, que caminha de acordo com as mudanças que se instauram no bojo de uma sociedade. A própria monogamia, modelo que se estabeleceu como socialmente legítimo por séculos, agora se encontra alinhada a outras formas de se pensar e conduzir um relacionamento. Entre elas, vemos a conjugalidade homossexual (masculina e feminina) ganhar protagonismo no âmbito social e jurídico.

Sendo assim, muito se tem falado sobre a produção de ideais que envolvam a construção de uma família homossexual, resultando também num aumento de referências sobre o assunto. Décadas atrás, seria impensável abordar o tema de maneira tão direta, nem sua presença poderia ser notada em áreas de conhecimento tão diversas. Hoje, vemos a possibilidade de estudar possíveis configurações da conjugalidade homossexual, ponto que garante valores idiossincráticos em contraste ao modelo familiar hegemônico heteronormativo.

Aqui, serão abordados com mais profundidade acordos que se estabelecem entre casais gays que experimentam o mercado sexual a partir de relacionamentos que se intitulam como “estáveis” e “abertos”, na tentativa de entender quais acordos permitem que esses homens articulem conjugalidade e mercado sexual sem perder de vista a durabilidade de seus relacionamentos. Uma vez que a homossexualidade masculina já foi alvo de questionamentos acerca da estabilidade de suas relações conjugais, como nossos entrevistados solucionam esse dilema que culturalmente caracterizou uma cisão entre sexo e amor? Quais acordos tornam possíveis usufruir abertamente, ou seja, de modo não clandestino, os prazeres obtidos no mercado sexual sem abrir mão da estabilidade que se apresenta na conjugalidade entre dois homens? Conjugalidade homossexual masculina e mercado sexual podem coexistir numa mesma gestão de relacionamento sem por em cheque a sua estabilidade? Procuraremos responder e refletir sobre tais questionamentos ao longo do trabalho.

A seguir, exploraremos as transformações da conjugalidade homossexual masculina ao longo dos anos, assim como também a sofisticação do mercado sexual desde sua representação a partir das reflexões de Michael Pollak em seu artigo “A homossexualidade masculina ou a felicidade no gueto?”.

⁷ Por conjugalidade, me aproximo da definição apontada por Heilborn (2004): “uma relação social que se institui em um par, admitindo o caráter de opção por uma determinada gestão da sexualidade.”

1.1 Conjugalidade, família e casamento

As mudanças contemporâneas que observamos na dimensão da conjugalidade traduzem a passagem de uma definição sacralizada de casamento⁸ para uma noção interna e amplamente subjetiva de casal. Isso significa que a entrada do amor romântico como eixo das relações conjugais e familiares fez surgir o ideal de casamento amplamente presente em uniões do século XX (Bozon, 2003). Esse novo conjunto de representações e práticas não concebia mais a família e o casamento como instituições destinadas apenas ao controle da transmissão de bens materiais e manutenção dos laços entre linhagens. O amor romântico e a afirmação da individualidade dos sujeitos nas escolhas dos cônjuges fundam uma nova forma de constituir família.

Viveiros de Castro e Benzaquem de Araújo (1977) discutem como a noção de amor romântico veio a se tornar o eixo das relações conjugais a partir do ideal da individualidade moderno. Em seu artigo “Romeu e Julieta e a origem do Estado” (do livro *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*), os autores se utilizam da famosa tragédia de Shakespeare para fundamentar o que seria a “origem” do amor e o nascimento das novas configurações familiares. O amor romântico se revela como uma nova forma de se relacionar com o mundo social a partir de uma mediação menos hierárquica, mais autônoma e pouco dependente dos laços sociais e ancestrais.

O “eu” individual preza pela “interioridade”, e se caracteriza por uma gestão que funciona no âmbito do privado e que estima pelos sentimentos e pela intimidade. A escolha pessoal pelo cônjuge inaugura uma nova forma de família não mais baseada apenas em lógicas de descendência ou aliança. Essa “psicologização” do amor aparentemente coloca o indivíduo ocidental acima das hierarquias sociais. Tal autonomização do domínio afetivo coloca o amor como eixo central das relações conjugais, do mesmo modo que se dispõe também na orientação de um *inner self* como uma individualidade independente e idiossincrática.

Na maioria dos casos, os interlocutores desta pesquisa se preocuparam em mostrar uma separação entre sexo e amor, no sentido de que o sexo estaria voltado ao interesse físico, ao desejo orgânico, aos aspectos sexuais que não seriam contemplados unicamente por um indivíduo, nesse caso, o próprio

⁸ A noção de casamento se apoiava circunstancialmente em uma moral cristã. O casamento heterossexual era enfatizado como única forma aceitável de exercício pleno da sexualidade. Entretanto, esta sexualidade estava disposta ao rito e sacramento do casamento, de modo que deveria ser vista a partir de uma ética do sacrifício que representava a imolação dos prazeres conjugais diante da responsabilidade pela criação dos filhos. O que significa que toda relação sexual conjugal privada de fins reprodutivos negava a castidade e alienava o prazer – sobretudo o prazer sexual – de obrigações condicionadas à dedicação em cuidar de filhos gerados pelos atos sexuais. Nesse sentido, sexo sem potencial reprodutivo era (e continua sendo em muitos círculos) considerado

um ato egoísta, hedonista, despido de qualquer valor moral, dado que não ressaltava o esforço e trabalho que subjazem à ideia de casamento (para mais detalhes, ver CARRARA, 2015).

parceiro. A busca por terceiros evidencia, então, que um único indivíduo não é capaz de suprir as demandas sexuais de seu parceiro conjugal. Já o amor estaria investido apenas na relação conjugal, no indivíduo com quem se divide e se gerencia uma vida a dois.

A flexibilidade de se afirmar os afetos sexuais com outros não é a mesma encontrada quando nos referimos aos afetos amorosos. Supõe-se, aqui, que o amor é considerado uma dimensão voltada ao íntimo, à incondicionalidade, ao destino, não existindo, em muitos casos, possibilidade de expressá-lo para fora da díade conjugal. Trata-se de uma monogamia que se restringe apenas ao amor.

Marcel Mauss desenvolve, em *O ensaio sobre a dádiva* (1974), a tese de que a constituição da vida social se dá por um constante dar-receber-retribuir. Indo além, sua proposta coloca o dar e retribuir como uma obrigação universal que se apresenta de modo particular em diferentes situações. Em alguns casos, algumas trocas são prerrogativas para a constituição de uma chefia ou de uma liderança, por exemplo. A construção que estabelece os privilégios e obrigações dos cargos envolvidos na trama social varia de caso a caso e geralmente esses fatores fundam um valor que se estende a toda a sociedade.

A dádiva aqui não seria observada em seu aspecto espontâneo de doação ao outro, mas sim em sua potência de produzir alianças que vão desde fenômenos políticos até os matrimoniais. Bem verdade que Mauss descarta a possibilidade de que existam trocas fundamentadas na espontaneidade: ao receber alguém em minha casa, estou me fazendo anfitrião, ao mesmo tempo em que crio a possibilidade de, um dia, ser hóspede daquele que o é hoje em minha casa. A mesma troca que me faz anfitrião me faz um hóspede em potencial.

Ainda, a ideia de “dar e receber” não se reduz apenas a trocas materiais, mas também espirituais. Ao dar, o outro recebe algo de mim mesmo; ao aceitar, o outro aceita algo do doador – a dádiva aproxima ambas as partes e as torna semelhantes. Podemos, então, dizer que a generosidade e o altruísmo, ou seja, características que se encontram no espectro do “dar”, não se expressam a partir de atos desinteressados, fundamentados em uma espontaneidade incondicional, natural, amorosa, etc. Não existe dádiva sem expectativa da retribuição. Sendo assim, não podemos considerar a dimensão do amor como aquela em que ocorre uma troca desinteressada, nem encarar o sexo informal como uma prática egoísta, voltada apenas às trocas orgásticas.

No entanto, podemos refletir que existem formas de olhar a dádiva a partir dos tipos de relacionamento e acordos envolvidos entre os indivíduos. Ainda que examinemos a dádiva como um ato que supõe a necessidade de uma equação dar-receber-retribuir, nem todas as formas de envolvimento concebem essa troca como um ato definido, direto e instantâneo.

Sendo mais preciso, existem trocas em que a dádiva é mais clara e mais imediata, assim como existem outras transações em que o mesmo não acontece. Relações oriundas de perspectivas do mercado sexual costumam apresentar acordos mais diretos no que se referem àquilo que se doa e àquilo que se recebe. As trocas orgásticas que Pollak se referia condizem com esse exemplo, uma vez que a proposta começava e se encerrava pelo ato sexual. Os envolvidos ofereciam e recebiam em um período, o que significa que a proposta da dádiva se dava de forma precisa.

Dentro da dimensão da conjugalidade, aspectos que referenciem com clareza a equação da dádiva são mais difíceis de mensurar. Isso porque nem sempre o dar e o receber são processos que adquirem rastros precisos de continuidade. É possível que o gerenciamento de uma relação conjugal leve essa troca a um nível de complexidade que confunda os atos como sendo “espontâneos” e “altruístas” muito mais do que em relações imediatas e anônimas, nas quais o que se troca está, de certo modo, mais visível.

Seguindo essa reflexão, o encontro sexual com terceiros se ampara na lógica da dádiva tanto quanto a perspectiva do amor entre os cônjuges. Em ambos os lados vemos o ato de “dar e receber” e, desse modo, observamos que o que varia são os modos e tempos de se retribuir, muito mais do que a existência de diferentes substâncias que justificariam uma mítica acerca da espontaneidade e altruísmo do amor.

A constituição dessa nova família como lugar dos afetos, do amor, do sentimento e da sexualidade traduz o que Foucault (1976) chamou de “fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade na forma de família”. Desbancando a hipótese repressiva, Foucault inaugura a sexualidade como o novo eixo por onde a identidade dos indivíduos é constituída. O dispositivo da sexualidade ocupa o lugar que antes era representado pelo dispositivo da aliança, que ainda permanece atuante ainda que de modo subordinado, deixando de ser um atributo social do indivíduo casado, e se torna uma experiência interpessoal indispensável à existência da união. Ou seja, o exercício do sexo deixou de estar circunscrito ao matrimônio, passando a ser requisito para a escolha do parceiro.

A sexualidade assume, na cultura ocidental moderna, o *locus* privilegiado da verdade do sujeito. A identidade sexual se torna tão relevante a ponto de se tornar principal eixo de inteligibilidade do indivíduo, e o que antes poderia ser periférico, agora, se torna central na formação social dos indivíduos modernos. Na formulação de Heilborn:

É pelo sexo que se processa a individualização, instituindo-se como esfera autônoma, desentranhando-se de um conjunto de relações como a família e a reprodução, instâncias do dispositivo da aliança. Está-se em presença, portanto, de um processo

de autonomização de domínio que guarda similaridade com o enunciado pela análise dumontiana. A sexualidade é produzida, ao desencapsular o sexo. (2004, p. 53).

O sexo se torna a verdade pela qual desvendamos o sujeito. E é por ela que vemos ganhar destaque a noção de desejo. Ambas produzem um efeito direto sob a durabilidade das relações, diferente de quando o casamento mostrava ser uma instituição que, a rigor, era indissolúvel. A escolha do parceiro pelo sentimento amoroso reflete a forma como a subjetividade garante seu protagonismo na maneira como produz o indivíduo moderno. Foucault nos oferece pistas importantes para entender como se produziu esse sujeito individualizado:

É a disciplina que instaura o sujeito. A teoria política dos séculos XVII e XVIII parece obedecer à representação dos sujeitos jurídicos isolados, juntos por uma espécie de associação contratual. O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ideológica da sociedade, mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica do poder que chamamos de disciplina. (1976, pp. 195-6).

A individualidade foi amplamente discutida por Simmel (1950, 1971) e Dumont (1985). Para Simmel (2005), o fenômeno da individualidade floresce no palco da modernidade, no qual teriam se presentificado duas modalidades de individualismo desenvolvidas na cultura europeia a partir do século XVIII. Ambas se concentram a partir de dois princípios distintos: liberdade e igualdade. A primeira noção se caracteriza pela liberdade dos indivíduos em relação às instituições religiosas, políticas, sociais e econômicas, que constroem os potenciais próprios de cada subjetividade. Nessa concepção, que conforma uma noção de individualidade “psicologizada”, o indivíduo se coloca além das regulações sociais que o inibem, acreditando que sua inteligibilidade está acima de qualquer instância social, já que seu caráter único e singular é anterior a qualquer instituição, e, assim, todos, a princípio, são capazes de adquirir uma regulação própria.

A segunda noção, a de igualdade, se faz presente na formação de um ideal segundo o qual todos os seres humanos seriam iguais. Nessa perspectiva, todos os ordenamentos hierárquicos seriam rechaçados, todo englobamento que se pretenda verticalizado constroerá a livre manifestação do sujeito de ser quem ele “é”. Para o autor, essas duas revoluções coexistem na cultura contemporânea na forma de duas tendências que convivem de forma contraditória desde o século XIX. Na verdade, ambas as existências garantem um encontro de suas expressões numa fusão que foi chamada de “*uniqueness*”. Dentro de uma sociedade individualista, em que os sujeitos se pretendem iguais ao mesmo tempo que diferentes, o “*uniqueness*” se coloca como uma postulação de um indivíduo que urge por transcender as classificações sociais e encontrar um caminho que seja único e próprio.

Os valores da modernidade no Ocidente europeu se disseminaram impactando diferentes

dimensões da experiência social, tal como família, escola, trabalho, etc. O sujeito se fabrica a partir de uma convicção que está intimamente ligada a uma singularidade individual idiossincrática. Nesse processo, vemos que a subjetividade ganha importância ímpar na configuração de si mesmo. Durante muito tempo o indivíduo foi autenticado por instituições tais como a família, o Estado e a Igreja, no entanto, seus ideais agora se fundam a partir dos seus desejos e vontades “próprias”. A conjugalidade, então, seria um destino a ser configurado de acordo com uma gestão entre indivíduos, sem que regras definam previamente os propósitos dessa relação.

Salem (1991), à luz do pensamento dumontiano, também examina essas relações com base em princípios estruturantes da tessitura do social. Ideologicamente, as sociedades modernas (ou individualistas) são regidas pelo princípio da igualdade e da liberdade, enquanto as sociedades tradicionais se conduzem pelo princípio da hierarquia e da relacionalidade (ou mútua dependência). Nas sociedades tradicionais, sociedade e indivíduo apresentam valores díspares, resultando em uma hierarquia entre as duas dimensões; na sociedade moderna, tanto a sociedade quanto as identidades sociais se “horizontalizam” formalmente: o valor da igualdade é posto a todos os envolvidos.

A autora ainda forja um termo para explicar uma modalidade particular de individualismo característica dos anos 1960 e 1970: “individualismo libertário”. Este conceito nos interessa pela radicalidade questionadora a que se propõe sobre todas as formas de poder e autoridade constituídas. É de se imaginar que o debate das normatividades vigentes levou ao questionamento acerca de representações sociais fundamentais, tal como observamos na família e na conjugalidade.

O princípio da liberdade, aliado ao enfoque da sexualidade como um dos principais pilares do indivíduo moderno, produziu novos olhares sobre autoridades constituídas e suas leis, normas ou convenções. A potência de um indivíduo estaria na capacidade de se desprender dos valores normativos vigentes e de constrangimentos psicológicos, e o desejo se torna um meio pelo qual ele realiza suas próprias satisfações, posto que o ideário da época via o desejo como uma força imune à repressão normativa. Liberdade, igualdade e desejo marcam o surgimento desse *individualismo libertário*, que se propõe a novas formas de se relacionar com instituições seculares.

A esse “indivíduo plural” (Salem, 1989) cabe o exercício idiossincrático da diferença. Experimentar-se em diversas situações e dimensões e, em certa medida, transcender classificações sociais. O indivíduo é convidado a uma nova ética, que enxerga o sujeito como “pura disponibilidade”⁹, abrindo caminhos para uma polivalência de experiências e estímulos.

Heilborn (1980) usa o termo “casais emancipados ou modernos” para exemplificar *relacionamentos abertos* (sobretudo na área sexual), admitindo a prevalência da individualidade e suas necessidades acima da díade do casal.

A reflexão sobre o indivíduo plural nos interessa por explorar princípios que flexibilizam a noção de conjugalidade. Parcerias formadas sobre a proposta da individualidade fundam seus encontros com base em elos subjetivos muito mais do que em injunções ou laços sociais. A instituição do desejo e dos sentimentos como produtores de laços ganha poder sobre a realidade dos grupos e das crenças que baseavam a família a partir de uma instituição que se destinava apenas à manutenção da linhagem e à garantia da integridade do patrimônio.

A conjugalidade moderna se apoia sobre um indivíduo autorreferido e autônomo em sua capacidade subjetiva e psicológica. O ideal da individualidade garante a este sujeito a aptidão de se imaginar imune aos imperativos sociais por acreditar em sua singularidade idiossincrática. A convicção do sujeito sobre sua própria capacidade moral e psíquica leva ao que Salem (1991) chamou de “obrigação da subjetivação”. O valor imputado à necessidade de se transcenderem classificações sociais coloca o indivíduo em uma constante busca por se diferenciar em um ambiente que tem por base a atribuição de ser socialmente igualitário. As posições de status (principalmente as adscritas) aqui são vistas como insígnias a serem evitadas; no entanto, o que se acredita promover pela individualidade – a liberdade –, na verdade, faz parte de uma trama mais complexa de forças que não são “repressoras”, mas de fato produtoras de sentidos e discursos. Como disse Foucault:

O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso da verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder. (1976, p. 58).

⁹ De acordo com Salem (1991), o indivíduo plural é estimulado a se experimentar em diversas situações, dimensões e também, em certa medida, a transcender certas classificações sociais. Um novo princípio se impõe a partir da imposição de se abrir a “novas” experiências sem hierarquizar ou moralizar impulsos, tendências e experiências. A autora chamou este procedimento de “pura disponibilidade”.

A formatação de uma inteligibilidade própria e flexível implica mudanças também no funcionamento da unidade doméstica e procriativa. O ideal individualista permitiu a abertura de novos códigos que regulam a noção de conjugalidade e família. Os papéis gerenciados dentro da relação também mudaram. A entrada da “sensação de companheirismo” e da “discussão de relação” são alguns dos exemplos que se instalam nessa nova configuração.

As relações de gênero também se transformam ao permitir a mistura de valores atribuídos, em princípio, a esferas distintas e opostas de masculinidade e feminilidade. O esmaecimento dessas fronteiras subjaz à lógica da igualdade, permitindo que homens e mulheres experimentem “mundos” que antes eram reservados a apenas um dos gêneros. O sentimento permeia agora também a moral masculina de tal modo que passa a permitir uma relativa introjeção de comportamentos previamente categorizados como femininos.¹⁰

O princípio da igualdade afeta também a forma como se pensa a fidelidade nos casais. Sob uma nova ótica moral, a monogamia passa a ser defendida por uma perspectiva subjetiva, e não mais como instituição socialmente imposta. A experiência moral de “casais modernos” experimenta a fidelidade como um contrato entre iguais, não importando a diferença entre gêneros. A quebra de um acordo de fidelidade geraria uma infração que apontaria um “sintoma” da relação, dado que o amor pelo parceiro se refletiria por uma atitude monogâmica “espontânea”. Outras formas de fidelidade se fazem possíveis que não somente àquelas que instituem a exclusividade sexual entre parceiros.

É importante salientar que, nos últimos anos, alguns autores têm explorado as articulações entre conjugalidade homossexual e heterossexual e o mercado sexual. Weid (2010) traz a reflexão sobre o “swing” e sua relação com casais heterossexuais adeptos à prática. Sua pesquisa procurou compreender as mudanças e permanências nos ideais de conjugalidade, sexualidade, casamento e infidelidade presentes na cultura contemporânea. A oposição entre sexo e amor para os adeptos da prática se mostrou central na construção e na preservação de um relacionamento. A prática de swing enquanto uma forma de consumo e satisfação sexual se dá por uma forma segura de experimentar o prazer fora da relação monogâmica e, formalmente, sem a presença da dimensão afetiva.

A consequência dessa prática implicaria, segundo os

¹⁰ Heilborn (2004) chama de “feminização” uma predisposição ética para uma não demarcação entre gêneros, o que acaba por gerar uma aproximação do homem do domínio tradicionalmente atribuído à mulher. Cabe lembrar que tal processo não se dá do mesmo modo ou com a mesma velocidade por toda a sociedade, sendo mais notável a presença da “feminização” em camadas médias e altas dos grandes centros urbanos.

entrevistados de Weid, a transformação da relação conjugal de tal modo que se observaria um aumento da liberdade e da intimidade sexual, ou seja, estar sexualmente com outros parceiros melhoraria a própria relação sexual do casal. Para a autora, os praticantes de swing se aproximam de uma ordenação referente ao mundo público gay que se funda em relações múltiplas e muitas vezes anônimas.

Todavia, a afinidade de casais heterossexuais com a lógica do mercado sexual homossexual se dá no que se refere à “caça sexual”, de modo que relações heterossexuais não deixam de valorizar a duração do casamento, em contraposição à fragilidade que a autora imprime às relações homossexuais. Nesse sentido, a fidelidade do casal “swingueiro” estaria na exclusividade amorosa e não no domínio da satisfação sexual do/a parceiro/a.

Heilborn (2004) aprofunda a discussão sobre conjugalidade homossexual e heterossexual. Sua pesquisa observou, no início dos anos 1980, casais que se identificavam por várias orientações sexuais, logo estamos falando de um contexto que está temporalmente alinhado com as reflexões sobre a conjugalidade homossexual que Pollak escreve. A autora chama de “conjugalidade igualitária” (ou “casal moderno”) uniões pautadas por um modelo individualista que traduz certa “feminização” nas relações e que se funda a partir de um elo psicológico entre os pares. Ela também reflete sobre a compreensão dos arranjos conjugais heterossexuais e homossexuais (femininos e masculinos) e suas articulações com o mercado sexual. Ainda que o propósito do livro não seja explorar a relação entre conjugalidade e mercado sexual, suas considerações auxiliam no entendimento das diferentes estratificações que estruturam cada modelo de relação. Em sua incursão etnográfica, realizada nos anos 1980, a autora comparou três modalidades de relação: lésbica, heterossexual e gay.

O casal lésbico exibe, em relação aos outros dois, maior simetria entre cônjuges. A homogamia social entre mulheres chega a ser a mais radical entre as experiências analisadas, uma vez que, na maioria das relações, os pares se colocam relativamente próximos em termos de classe social e detenção de capital cultural. O amor geralmente ganha mais destaque se relacionado ao ato sexual. As relações costumam ser mais duradouras e o casal geralmente vive certo retraimento, manifestado pela diminuição da sociabilidade fora do espaço doméstico.

O casal heterossexual desponta como aquele que, na lógica de gênero, expressa mais complementariedade, ou seja, os membros do casal apresentam contrastes simbólicos que oferecem certa integração. Assim como os casais gays, os pares heterossexuais enfrentam dilemas de estabilidade derivados da grande expectativa alocada no casamento junto a uma diminuição do conforto gerado pelo parentesco, uma vez que relações “modernas” não se fundam mais a partir da “família de origem”, mas por um vínculo psicológico entre o par. Ainda

assim, apesar de sofrerem instabilidade, as relações heterossexuais se apresentam como mais duradoras do que as homossexuais.

Os casais formados por homens gays apresentam traços peculiares em relação aos outros modelos. Começando pelo fato de participarem do que a autora chama de “subcultura gay”: uma perspectiva que se apresenta a partir do exacerbamento da lógica viril (acentuada masculinidade; “macho-man”) e da “caça sexual”. Neste cenário, a dimensão da conjugalidade estaria atravessada por um excesso de ofertas sexuais que coincidiriam com uma menor perenidade das relações. Assim como Pollak, a autora indica a presença de ofertas sexuais que abalariam a estrutura da conjugalidade por se apresentarem em um contexto que se caracteriza por encontros imediatos, e não por compromissos posteriores.

Entre casais gays, segundo Heilborn, observou-se um padrão da época na formação dos pares que usualmente se caracterizava pela marcada diferença etária e de classe.¹¹ A heterogamia era uma experiência comum em muitos relatos, e um dos parceiros geralmente assumia papel de provedor da relação, tendo um capital cultural relativamente superior ao outro. Há menos retraimento doméstico, uma vez que casais gays possuem uma relação mais intensa com os espaços públicos.

No que se refere à conjugalidade igualitária, o casal formado por homens homossexuais estava em posição intermediária. O enfoque na dimensão do gênero masculino como detentor dos atributos do polo englobante coloca o casal homossexual no anseio de manifestar certa diferenciação entre si, o que levaria à dificuldade de criar um patamar de equivalência entre os parceiros (a base do modelo do casal igualitário). A insistência nos modos de expressão masculinos iria contra processos de feminização, fazendo com que a estabilidade dos casais homossexuais ficasse, então, ameaçada. Entretanto, no Brasil, fatores como o da epidemia do HIV coincidem com o aumento do número de relações estáveis entre pessoas com mais acesso às informações.

Em sua experiência etnográfica, Heilborn levanta importantes pistas, que pretendemos explorar nesta pesquisa. As negociações entre mercado sexual e conjugalidade homossexual seriam também afetadas pelo ideal do individualismo do mesmo modo que as relações heterossexuais? Seria a noção de “pura disponibilidade” de Salem (1991) uma tentativa de indivíduos em relacionamento estável buscarem outras formas de prazer que não se restringem à relação com o parceiro? A negociação com o mercado sexual seria uma tentativa de ultrapassar arranjos conjugais que instituem formatos de relacionamento convencionais? A

¹¹ Ainda que estejamos falando de um contexto que situa a década de 1980 e 1990, diferenças etárias e de classe

ainda persistem em relações homossexuais masculinas, tal como veremos em algumas falas dos interlocutores.

seguir trataremos de apresentar as transformações do mercado sexual e sua possível conexão com a conjugalidade.

1.2 Mercado sexual e os novos empreendimentos

Ao falar de mercado sexual, estamos nos referindo ao que Pollak definiu como um território ou espaço em que as relações sociais são marcadas pela impessoalidade, racionalidade e pragmatismo, o que propiciaria a multiplicação e relativo anonimato nas interações sexuais. Perlongher (1987) também nos apresenta o contexto do mercado (homo)sexual brasileiro dos anos 1980 a partir da noção de guetos urbanos: territórios privilegiados de interação homossexual masculina.

Segundo Levine (1979), os requisitos para a criação de um *gay ghetto* passam por critérios que definem a concentração de *gays* em determinada área da cidade para lazer e residência, o desenvolvimento de “subculturas” construídas por esses homens em determinado ambiente, o relativo isolamento social oriundo de discriminações difundidas no corpo social.

Apesar de as grandes cidades brasileiras não sustentarem todos os critérios para a delimitação de um *gay ghetto*, tal como Levine o caracterizou, ainda assim foi possível utilizar esta noção para circunscrever um território que centraliza espaços de lazer voltados ao público homossexual: bares, saunas, boates, etc. Além disso, outras identidades se sobreporiam a essa concentração nas *áreas gays*, como, por exemplo, a presença de prostitutas em espaços comuns. No Brasil, a variedade do gueto não ultrapassa a oferta de apenas uma cultura voltada ao público homossexual masculino. Nesse sentido, o mercado sexual brasileiro abrange outras orientações e estilos de vida que não só a homossexual. Nas grandes áreas urbanas brasileiras, o gueto se caracterizou, ao menos até o final do século passado, muito mais como uma área de convergência e circulação do que de fixação residencial.

Perlongher também abordou com profundidade as qualidades presentes na circulação de sujeitos empenhados nas transações do gueto, caracterizando esse envolvimento em conceitos como “paquera” ou “deriva”. Essa especificidade se constituiria na busca, em espaços públicos, por parceiros para contato sexual. A rua deixa de ser um mero local de trânsito para ser também um espaço de “circulação desejanter”¹². Cabe lembrar que a circulação da massa urbana com

¹² Perlongher (1987) usa o termo “circulação desejanter” para ilustrar a “nomadização” de indivíduos pelas ruas de São Paulo em busca de contato sexual. A rua deixa de ser mero lugar de trânsito para se tornar também um espaço de perambulação daqueles que buscam estratégias para viver suas aventuras eróticas.

fins sexuais não é exclusividade e muito menos invenção do mercado homossexual. A prostituição feminina (*trottoir*) possui raízes muito mais institucionalizadas e antigas, por exemplo.

A paquera homossexual se estabelecia à margem, a partir de interações entre indivíduos que buscavam sexo ocasional e sem compromisso, tal como foi descrito por Pollak. As adaptações às condições históricas da repressão homossexual cimentaram a construção de um “espaço” que se caracterizaria pela otimização dos contatos sexuais: redução dos ritos de preparação ao ato sexual, dissolução da relação após o ato e predominância de comunicação não verbal. A utilização de códigos mais ou menos secretos servia como uma forma de comunicar o desejo sexual e também, em muitos casos, de expressão do tipo de atividade a ser desempenhada no encontro (sexualmente passivo, ativo, etc).

Aventura e diversão se tornaram sinônimos dessa “política dos prazeres”. A objetificação implícita na “deriva” acabou por investir a atração apenas em aspectos exteriores, como aparência física, vestuário ou comportamentos que traduziam alguma fantasia sexual. O parceiro se tornou um meio para a satisfação sexual. Esse atributo do mercado sexual pôde ser visto também pelos autores como uma crítica aos modelos culturais que instituíam como valores dominantes a exaltação do amor e das relações monogâmicas voltadas à reprodução biológica.

A marginalização de desejos socialmente condenados teria transformado a cidade numa rede de fluxos e perambulações em busca de “pontos de fuga” que permitissem a liberação de tais desejos. Entendemos aqui que tanto a noção de um gueto “abrasileirado” quanto o conceito de “região moral” se inserem como formas de representação do mercado sexual tal como foi descrito por Pollak.

Outros autores também discutiram pontos de vista relacionados ao mercado sexual. Hocquenghem (1980), por exemplo, despe os valores morais e edipianos dados à paquera.¹³ Para ele, o mercado sexual não deve ser avaliado pela lógica da fidelidade conjugal, pois esta ótica traria ao contexto das relações do mercado um valor pejorativo às experiências vividas. Sendo assim, procura não moralizar os espaços de trocas sexuais a partir de uma perspectiva hegemônica. Por sua vez, Deleuze e Guattari (1980) apresentam também uma perspectiva que afirma a “deriva” como um processo de desterritorialização dos sujeitos homossexuais que produzem “linhas de fuga” às condutas institucionalizadas. A criação de um mercado marginal se deu, assim, por uma

¹³ Em relação a “valores morais e edipianos” o autor se refere à noção psicanalítica do Complexo de Édipo. A estrutura do complexo edipiano, para a psicanálise, não pode ser evitada, uma vez que sua triangulação (pai – filho – mãe) constitui o centro da estrutura psíquica do indivíduo e seus respectivos conflitos. Nesse sentido, a criança desenvolve um desejo sexual pelo pai de sexo oposto, enquanto mantém certa rivalidade com o pai do mesmo sexo. Hocquenghem denuncia a submissão

dessa ordem estabelecida pela ótica do conflito edipiano colocando que o desejo homossexual deve se desquitar de tais normas hegemônicas.

espécie de efeito colateral à ruptura da heteronormatividade que regulamenta os princípios morais da sociedade ocidental.

Ernesto Meccia (2009) nos apresenta as possíveis transformações do mercado sexual ao longo das últimas décadas. Em sua pesquisa, refletiu sobre as transformações ocorridas na homossexualidade na passagem entre os séculos XX e XXI, baseando-se em relatos de homossexuais com mais de quarenta anos, residentes da cidade de Buenos Aires. Os entrevistados narram suas experiências no trânsito entre diferentes regimes de produção de subjetividades, relações sociais e diferenças sexuais. Para o autor, nos centros urbanos do Ocidente, a *homossexualidade*¹⁴, entendida como experiência social, não seria mais pertinente como categoria analítica por não ser mais capaz de albergar as profundas transformações sucedidas no contexto da cidade.

Meccia defende ainda que o processo de transformação da homossexualidade se dá idealmente pela sucessão de três regimes. Ao primeiro deles, o autor dá o nome de “regime homossexual”, que compreenderia até os anos 1990, quando a experiência homossexual era marcada pelo silêncio, marginalidade e discriminação. O contexto altamente repressor, acentuado pelas ditaduras civis-militares instaladas em vários países latino-americanos, fez crescer o sentimento de *comunidade* como forma de determinada população lidar com as mazelas da violência e discriminação baseadas no preconceito por orientação sexual. A experiência dos guetos e do mercado sexual florescem nesse contexto, fortalecendo espaços de sociabilidade em que se desenvolviam sentimentos de pertencimento e solidariedade entre indivíduos com diferentes perfis, oriundos de diferentes classes sociais e gerações, por exemplo. A sensação de pertencimento servia como eixo comum que garantia estabilidade frente aos estigmas e injúrias sofridos.

Ao segundo regime, Meccia dá o nome de “pré-gay”. O uso do prefixo “pré” nos leva ao entendimento de uma transição entre os regimes “homossexual” e “gay”. Nesse regime, a coletividade homossexual se movimenta politicamente para o enfrentamento da discriminação pela orientação sexual. Para que o apelo de um coletivo ganhasse força política, a comunidade precisou se concretizar como uma unidade coesa e hermética. Esse coletivo se uniu a partir da apresentação dos mesmos infortúnios e anseios de liberdade. A irrupção da epidemia HIV-AIDS contribuiu de forma crucial para a adesão a uma agenda pública voltada às questões de saúde pública e engajamento político relacionado ao movimento homossexual. Uma política de visibilidade massiva nasce desse esforço e, com ela, uma

¹⁴ O destaque se justifica uma vez que o termo não serve apenas para designar tipos de pessoas ou práticas, e sim um conceito que muda com o tempo, ou seja, que é historicamente datado.

linguagem elaborada a partir dos direitos humanos e sob a ótica da luta contra a discriminação: direitos dos cidadãos gays ou direitos LGBT.

O símbolo desse momento são as enormes paradas de orgulho que se organizam em diferentes cidades. A linguagem dos direitos reclama a necessidade de que o coletivo homossexual ganhe representatividade e não mais seja visto de forma indiferente. Outros fatores que influenciaram a instauração desse regime foi o aumento da prática do *coming out* e a descentralização e dispersão dos lugares de encontro e sociabilidade por toda a cidade.¹⁵

Enfim, a partir dos anos 1990, sob efeito de transformações ocorridas ao longo de três décadas, o novo regime teria se estabelecido. Os impactos culturais da globalização e a adoção de novas tecnologias de informação e comunicação modificaram o cenário da cidade de Buenos Aires e de outras cidades latino-americanas. Diante disso, segundo Meccia, o termo “homossexualidade” não serviria mais como aporte conceitual para a compreensão das novas manifestações que começaram a surgir nesse processo. Para esse novo regime, o autor cria a categoria analítica de “gaycidade”.

O regime da gaycidade se caracterizará pelo arrefecimento do sentimento de existência de uma comunidade homossexual e suas respectivas representações, e pela progressiva diferenciação biográfica. Neste novo formato, os guetos passam por um relativo esvaziamento, não tendo mais o mesmo sentido dentro de um regime que se pauta pela variabilidade de circuitos que se instituem por mercados de consumo e entretenimento diferenciados e espalhados pela cidade, organizados segundo cortes de classe e geração.¹⁶ As novas ferramentas tecnológicas, como o GPS gay¹⁷, permitem novas formas de explorar a cidade, e os homossexuais não mais se encontram limitando-se a espaços circunscritos pela marginalidade. O mercado sexual se volatiliza em territórios e espaços virtuais.

Para Meccia (2009), a gaycidade é herdeira dos processos de “desdiferenciação”¹⁸ social – sendo esta, por isso, a chave para o entendimento do regime da gaycidade –, que

¹⁵ O advento da AIDS impactou diretamente esse contexto. Com o surgimento da epidemia, houve mudanças significativas no movimento homossexual. Os grupos se multiplicavam na forma de ONGs e se faziam representar nacionalmente pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Os ideais de liberação homossexual davam lugar a um enfoque político mais pragmático que reivindicava em prol da visibilização de um grupo que buscava respeito social e direitos civis (Carrara, 2016). A luta social contra a doença “tirou do armário” muitos dos afetados, entre eles, artistas, intelectuais e profissionais de renome. Para maior aprofundamento, ver Simões e Facchini (2009) e Terto Jr. (2002).

¹⁶ Os locais de entretenimento e consumo migram das “regiões morais” para a cidade como um todo. Os locais de encontro (bares, saunas, boates, etc) se especializam tanto que passam a atender grupos de recortes sociais diversos. Nesse sentido, criam-se lugares para “jovens ricos”, para “os mais pobres”, lugares para “os mais velhos ou coroas”, para amantes de práticas BDSM (*Bondage* e disciplina; Dominação e submissão; Sadismo e Masoquismo), entre outros.

¹⁷ Nome dado pelo autor ao uso de dispositivos móveis, chamados de *gadgets*, georreferenciados que permitiram uma nova forma de interação por intermédio do ciberespaço.

possibilitam uma maior porosidade entre “mundo” gay e a sociedade englobante. A desdiferenciação pode ser apreciada a partir de três planos: espacial, relacional e representacional. O primeiro se refere a uma maior porosidade dos guetos e, em alguns lugares, sua dissolução. O segundo se daria pela ampliação das relações sociais “mistas”, ou seja, a intensificação da sociabilidade entre indivíduos de orientações sexuais diversas (ver nota 11). O terceiro e último processo de desdiferenciação se apresenta pela diversificação das imagens e representações de homens homossexuais, o que significa que eles não mais são reconhecidos por traços femininos específicos que um dia serviram como forma de classificação e reconhecimento.

Assim, a política de visibilidade consolidada no período “pré-gay” permitiu que houvesse uma atenuação generalizada da percepção das diferenças sociais entre homo e heterossexuais de “alto impacto” no imaginário social. Isso significa dizer que houve uma expansão dos horizontes sociais graças à relativa diminuição da discriminação, que se manifesta, entre outros aspectos, pela expansão de estabelecimentos voltados “também” para homossexuais por diferentes bairros das grandes cidades.

O aparecimento de ambientes “*gay-friendly*” evidenciou ainda mais essa expansão, uma vez que sujeitos homossexuais não estavam mais limitados a frequentar ambientes destinados exclusivamente a eles. O uso de *smartphones* popularizou outras formas de se relacionar com o espaço urbano, já que a noção de *território* foi amplificada também por conta do uso de aplicativos que permitem mapear possíveis parceiros a partir de sua própria localização e iniciar um contato sem nem mesmo sair de casa. Em outros termos, o coletivo homossexual passa a ser mais bem compreendido como uma “categoria social”, e não mais como uma “comunidade” agregada por sentimentos de pertencimento em que as interações face a face prevaleciam.

Tanto o regime “pré-gay” quanto o da gaycidade permitiram o desenrolar de processos não pensados (e mesmo impensáveis) por gerações anteriores. O efeito da visibilidade permitiu uma maior convivência entre gays e não-gays, sem ocultamentos quanto às orientações sexuais, nas grandes cidades latino-americanas.¹⁹ Um gueto privado e clandestino no contexto da cidade não era mais tão necessário. Com o surgimento do “regime da gaycidade”, há a possibilidade de se pensar novas formas de sociabilidade que não se caracterizam mais pela marginalidade e clandestinidade de outras épocas.

¹⁹ Sobre a adoção de um regime de amizade entre homens de orientações sexuais distintas, ver “Improváveis relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais” (Nascimento, 2011).

Entretanto, a perda dos espaços caracterizados pelo gueto não desacelera a criação de novos mercados sexuais. Ao contrário, o afrouxamento dos estigmas ligados à homossexualidade permitiu a multiplicação de estabelecimentos privados (como saunas, boates, bares, etc), ainda que não exclusivamente gays, voltados a um público gay masculino. O mercado sexual se descola de sua aliança com a clandestinidade e passa a se apresentar como mais uma possibilidade de consumo para indivíduos que deixavam de se ocultar no anonimato.

Assim como pontuou França (2012) em relação ao gueto gay paulistano, no princípio os processos de diferenciação entre as populações homossexuais não estavam imediatamente conectados a uma “lógica do consumo”. Lugares de sociabilidade e práticas diversificadas de consumo se unem como um regime ao longo das últimas duas décadas. O gueto perde seu antigo formato e os lugares de encontro passaram a ocupar diferentes espaços pela cidade. Concomitante a este processo, observa-se uma diversificação crescente de categorias identitárias, que se direcionam à diversificação das iniciativas comerciais e a criação de novos estabelecimentos.

A proliferação de novos empreendimentos herda dos antigos guetos o predomínio do lazer noturno (bares, boates, etc) em relação a outras iniciativas. Os encontros virtuais passam a figurar considerável recurso de busca por novos parceiros e espaços de sociabilidade. As mídias digitais são um fenômeno recente na história do mercado sexual. A internet permitiu a criação de espaços virtuais que, hoje, se situam como formas de consumo sexual que não estão amparadas em um território físico ou “real”. A infinidade de sites e aplicativos²⁰ permite a exploração de novas configurações entre mercado e sociabilidade homossexual, entre elas, novas formas de otimização da relação, como a possibilidade de filtrar parceiros por perfis e a praticidade de poder se comunicar em qualquer hora e lugar.

O consumo se torna uma forma privilegiada de observação da complexificação das categorias e identificações que marcam a experiência de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens nas grandes cidades. Segundo França (2012), o consumo deve ser pensando de dois modos: consumo “dos” lugares e “nos” lugares. Ao mesmo tempo em que os indivíduos atribuem sentido aos espaços e territórios, conferindo-lhes dimensão simbólica e os construindo como lugares, os próprios lugares promovem a constituição de pessoas, sujeitos ou identidades, servindo-lhes de referências e propiciando-lhes experiências.

Essa relação múltipla e circular de pessoas, lugares e objetos é capaz de mediar e

²⁰ Aplicativo (ou “app”) é o termo utilizado para se referir a programas ou softwares voltados a sistemas operacionais presentes em muitos celulares, *tablets* e computadores. Existem variadas funções que um aplicativo pode oferecer, entre elas, a de se comunicar com outras pessoas via internet.

produzir subjetividades atravessadas por marcadores de diferença social. Nessa medida, o indivíduo não só é um frequentador do espaço, como também é constituído por ele, sendo então atravessado por dimensões que atuam na produção de sujeitos, categorias e estilos relacionados à homossexualidade, tais como gênero, sexualidade, classe, idade, raça, etc. Atribuir sentido a marcadores sociais de diferença confere a ele outras formas de se negociar com o território. E essa relação com o espaço não se dá de forma unilateral: a ligação estabelecida se dá por uma articulação na qual o espaço é consumido pelo indivíduo ao mesmo tempo em que é transformado por ele. A partir dessa relação se produzem normatividades que promoverão referências e experiências ao indivíduo, dando a ele não só um lugar para estar, mas um lugar para si.

A noção de mercado sexual como uma forma de consumo – dele e nele – até agora foi situada a partir das transações homossexuais. É importante salientar que o mercado sexual homossexual não é único e exclusivo, de tal modo que outros mercados sexuais, como o heterossexual, por exemplo, também estão presentes na cidade. Sendo assim, é possível que indivíduos de diferentes categorias sociais e sexuais experimentem a lógica do consumo instituído a partir da troca de “serviços” com ou sem a intermediação monetária.

A expansão do mercado sexual não se deu apenas pela porosidade de seus empreendimentos para fora do regime estabelecido pelos guetos. A sofisticação do consumo atraiu variada clientela, pois já não estamos mais falando apenas das incursões sexuais anônimas e imediatas que Pollak descreveu, mas de empreendimentos que passaram a estimular diferentes nichos da população. As novas formas de pensar a sociabilidade homossexual, juntamente com o surgimento de novos empreendimentos sexuais, possibilitaram a aproximação de dois polos – conjugalidade e mercado sexual – que até então se mantinham afastados por suas dessemelhanças de conduta nos relacionamentos.

O atual cenário permitiu que novas referências, em diversas instâncias da vida social, promovessem o surgimento de negociações entre conjugalidade e mercado sexual. Aqui elegemos o relacionamento aberto como a interseção entre essas duas dimensões. Esta será nossa principal fonte de reflexão acerca dos acordos estabelecidos que instituem novas formas de se relacionar para além dos padrões monogâmicos heterossexuais.

2. DESCRIÇÃO DE CADA RELACIONAMENTO

Antes de abordar o perfil de cada entrevistado, gostaria de registrar as impressões dos encontros que tive com cada um deles. Investigar sobre “relações abertas” instigou o imaginário sobre as possibilidades sexuais que indivíduos inseridos dentro deste tipo de relacionamento poderiam ter. Sendo um homem gay, me vi em um campo do qual também faço parte, ao mesmo tempo em que investigava um assunto com o qual não tinha muita familiaridade: os possíveis acordos de uma relação aberta. O processo da entrevista demandou uma atenção ímpar por tratar de temas que diziam respeito a meu próprio curso de vida, mas que simultaneamente provocavam em mim surpresa e interesse.

Tratando-se de um tema que diz respeito à vida sexual dos participantes, cabe expressar as possíveis provocações que foram suscitadas no campo de pesquisa. A antropóloga norte-americana Esther Newton (1993) refletiu sobre o tabu que cerca as relações sexuais que podem se manifestar durante a pesquisa de campo. Sua reflexão aponta que a negação da dimensão da sexualidade na incursão etnográfica cria um obstáculo não só na experiência relacional com o campo, como também paralelamente na produção textual sobre o objeto pesquisado. A separação da “pessoa” de um lado e do “pesquisador” de outro interfere na “equação erótica” que se estabelece no campo, provocando assim um apagamento subjetivo das forças que estão presentes no contato com o outro.

A importância de se considerar a perspectiva do desejo/atração sexual no trabalho antropológico, segundo Newton, se dá pelo reconhecimento do desejo e da atração nos encontros em campo. A importância de reconhecer a sexualidade dentro da pesquisa antropológica produz outras formas de enxergar a aproximação com o campo e de situá-lo a partir desse contato. Toda interação antropológica forma uma equação erótica, já que em todas as relações a dimensão da sexualidade está presente de maneira explícita ou não.

Sem dúvida, a equação erótica que se estabeleceu no campo empreendido já se estruturou a partir do meu receio inicial de que, estudando relacionamentos abertos entre homens homossexuais, o convite aos entrevistados para participarem da pesquisa pudesse ser interpretado como uma proposta sexual. Aqui, meus interlocutores não eram um objeto inócuo, mas sim indivíduos que se constituíam a partir do meu interesse em entender a configuração de seus relacionamentos sexuais e amorosos.

Minha preocupação se concentrava na crença de que o convite para uma entrevista instigasse qualquer tipo de desejo no outro. Pelo posicionamento ético em pesquisa, fiz valer a posição de psicólogo, meu principal título profissional, como forma de colocar limites ou impor

certo distanciamento na relação com meus interlocutores. De forma implícita ou explícita, todos souberam nos primeiros contatos qual era a minha profissão, sendo que alguns dos participantes aceitaram inclusive serem entrevistados em meu consultório particular. Se minha posição de psicólogo pode ter produzido certa “seriedade” na interação, talvez tenha também permitido que falassem sobre “tudo”, principalmente em um ambiente formalmente organizado para esse fim.

Acredito que apresentar um protocolo²¹ no contato com os participantes tenha produzido efeitos em suas falas. Apenas um deles manifestou queixas e dúvidas sobre o funcionamento de sua relação aberta. Este, ao contrário de todos os outros, já possuía uma relação de amizade comigo, o que permitiu que sua fala se revestisse de um tom de intimidade maior. Considero que, neste caso, isso tenha facilitado para que surgissem assuntos que envolviam incertezas a respeito do tema.

Ao mesmo tempo, acredito que o fato de ser um homem gay entrevistando homens gays possa ter impedido os participantes de expressar reações que pusessem em xeque o funcionamento de suas relações. O que quero dizer é que, uma vez inseridos em uma “equação erótica”, os entrevistados se “exibiriam” para mim como indivíduos dotados de confiança e plenitude em seus relacionamentos. Chamo a atenção para esse detalhe como forma de situar minha pesquisa no seio de uma interação que também se faz por forças eróticas que ultrapassam os sentidos previamente protocolados.

Ainda sobre a ausência de queixas e dúvidas a respeito da relação aberta, acredito que, para além da fala dos interlocutores, existem aspectos da configuração do relacionamento que não conseguiram ser abordados. Digo isso por acreditar que os discursos se voltaram a positivar a relação aberta muito mais do que questioná-la em algum sentido. A maioria dos entrevistados se mostrou flexível aos possíveis impasses do relacionamento. Quanto à *flexibilidade*, refiro-me à capacidade dos entrevistados em situar os desacordos de percurso como pequenos detalhes resolvidos através de diálogo. Muitos assumiram não ter preocupações de que o outro burlasse as regras do relacionamento, uma vez que situamos esse tipo de relacionamento a partir de acordos que servem como uma bússola do que é permitido e do que é proibido.

Sendo assim, a maioria dos interlocutores se mostrou despreziosa aos

²¹ Estou me referindo ao convite em forma de texto que serviu de base para a convocação de homens interessados em participar da pesquisa. A produção de um protocolo afeta a forma como cada um dos interessados se aproximou da pesquisa. A seguir, um recorte do texto de solicitação que situa os critérios eleitos para a participação: “Estou procurando homens (entre as faixas 25 - 35 & 45 - 60) que se identificam como ‘casados’ com outros homens e que estabeleçam algum tipo de ‘relação aberta’. A proposta aqui é que se faça uma entrevista sobre a trajetória de vida desta pessoa com foco em seus relacionamentos com outros homens. Apesar de estar procurando pessoas em relacionamento, a entrevista será feita apenas com UM deles e NÃO com os

DOIS. Não serão feitas duas entrevistas individuais, apenas um indivíduo da relação será entrevistado.”

possíveis equívocos acionados em uma quebra de acordo. Isso parece indicar que, mesmo em momentos de reestruturação, a relação aberta se mostra como uma configuração conjugal que não apresenta cenários desfavoráveis em seu constante processo de construção. Acredito que esta pesquisa não tenha conseguido ultrapassar essa barreira e indicar maiores contrastes que realçariam os impasses vividos por esses casais, ainda que, em muitos momentos, os interlocutores tenham ensaiado preocupações relativas ao gerenciamento interno da relação. Ainda assim permanece na sombra o que a relação aberta oferece para além dos traços que a positivam como escolha de relacionamento de nossos interlocutores.

Interessante destacar que os receios a respeito do relacionamento aberto não apareceram na fala da maioria dos entrevistados que mantêm algum tipo de contato com o mercado sexual, mas se fizeram presentes nos discursos dos entrevistados em relação monogâmica. Ao que parece, tais entrevistados aparentaram apresentar muitos questionamentos a respeito de um funcionamento voltado ao mercado. Ambos indicaram que a proposta da relação aberta poderia afetar a identidade do casal no que se refere ao gerenciamento de uma vida a dois, e que isso poderia acarretar o fim da relação. O receio desses participantes de “abrir a relação” se mostrou ambíguo em certa medida, pois a ideia da relação aberta provocava também curiosidades nos diálogos que estabeleciam com seus respectivos parceiros.

Em suma, o contato com os entrevistados produziu efeitos em ambos os lados e tanto minha escuta quanto suas falas foram afetadas por esse enredamento. Sendo assim, a manifestação deste trabalho é efeito de muitos afetos que encontraram expressão na relação entre duas pessoas em um determinado momento.

Cabe lembrar também que, para todos os efeitos, os nomes dos entrevistados foram alterados, de modo que nem um dos aqui apresentados se relaciona com a identidade dos participantes. Da mesma forma, tentou-se preservar o anonimato em todos os relatos, de modo que também as falas não os caracterizem. Espera-se, ainda assim, que a pesquisa não tenha infligido nenhum dano àqueles que generosamente cederam suas histórias para a formação desta dissertação.

A seguir, os perfis de cada entrevistado separados por títulos que destacam trechos significativos de suas falas em relação a formas de pensar a relação aberta e seus efeitos.

“Não converse com a comida...”

Henrique tem 28 anos, é morador da zona norte do Rio de Janeiro e trabalha como coordenador em uma empresa de telemarketing. Atualmente se encontra no seu segundo *casamento*²², que já dura sete anos, tendo formalizado com seu *companheiro*²³, de 37 anos, uma união estável. A decisão de abrir a relação surgiu após seu companheiro descobrir que, em segredo, Henrique se envolvia sexualmente com outros homens em espaços públicos e privados.

A prática sexual com terceiros o acompanha desde a época em que precisou se envolver sexualmente em troca de moradia e comida. Com o término do primeiro casamento, Henrique não teria tido outra opção que não a de procurar abrigo na rua, onde se manteve por dias, exceto quando o sexo casual e impessoal lhe possibilitava pernoitar em algum aposento. Nesse período, dificuldades com sua família o impossibilitaram de retornar ao lar de origem, uma vez que sua orientação sexual assumida era incompatível com os preceitos religiosos de sua madrasta, que assumiu o posto de líder da família após a morte do pai.

Henrique relatou que essa experiência sexual o *viciou* de tal modo que o *hábito* de se envolver sexualmente com desconhecidos nunca mais o abandonou. A relação aberta permitiu que sua dependência por sexo fosse absorvida pela relação, não sendo o fato de estar com outros homens mais considerado uma quebra de fidelidade, contanto que ele “não converse com a comida”, conforme pontuou a respeito dos relacionamentos fora da díade, essas conexões devem se manter no estrito âmbito do interesse sexual.

“Então eu me condicionei a isso, dizer que sou mais *voyeur*”

César tem 57 anos, é morador da zona norte do Rio de Janeiro e está em vias de se aposentar da profissão de bancário. Há vinte anos vive com seu atual companheiro, que tem 37 anos. Antes de assumir uma relação com um homem, César mantinha uma conduta heterossexual diante de sua rede de sociabilidade. Seu primeiro casamento, com uma mulher, a partir do qual teve sua primeira e única filha, se mantém válido contratualmente até hoje.

O acordo monogâmico do casal teria sido repensado após César descobrir, há cinco anos, um câncer de próstata. A doença foi curada, mas resultou na perda da potência eretiva. Sentindo-se incapaz de dar prazer sexual ao seu parceiro, César propôs então uma relação aberta como

²² *Casamento* foi um termo êmico utilizado por todos os entrevistados para identificar seus relacionamentos estáveis com coabitação. Com exceção de Henrique, que instituiu juridicamente uma união estável com o seu parceiro, nem um outro entrevistado possui qualquer comprovação legal de seu relacionamento.

²³ *Parceiro, companheiro, cônjuge, namorado e marido* foram termos extraídos das entrevistas que indicam a forma como os entrevistados situam o outro da relação. Uso o termo “terceiros” para indicar toda interação, seja ela amorosa ou sexual, que não se dê exclusivamente entre a díade que instituiu a *relação aberta*, ou seja, toda a interação que se situa no regime do mercado sexual.

forma de propiciar ao marido o *serviço* que ele não mais conseguia oferecer. A proposta teria sido bem aceita pelo cônjuge com a condição de que a experiência fosse sempre conduzida na presença dos dois.

A introdução de uma *novidade* na relação contribuiu para o exercício de novas excitações entre o casal, apesar de Cézár ainda sentir dificuldades na manutenção de relações que envolvam penetração. O bancário ainda cultivava dúvidas a respeito da relação aberta, não sabendo precisar se a proposta deste tipo de relação nasceu de um desejo próprio ou da preocupação com o prazer de seu parceiro. De uma forma ou de outra, o impasse da ereção o levou a buscar novas formas de participação no ato sexual, assumindo, por exemplo, envolver-se sexualmente apenas como um expectador.

“Uma mudança de paradigma, de posse para acesso...”

Ivan tem 30 anos, é morador da zona sul do Rio de Janeiro e trabalha como engenheiro de produção. Sua relação com seu marido de 36 anos já dura seis anos e meio. A proposta de abrir a relação teria sido feita por Ivan, em uma de suas viagens que fez com o marido ao exterior. Naquele momento, Ivan pensou que estar em território estrangeiro faria o parceiro aceitar ser conduzido a uma nova experiência, com terceiros. A primeira tentativa foi rechaçada e retomada somente anos depois, quando já estavam de volta ao Brasil.

Os códigos de conduta de uma nova forma de se relacionar foram sendo discutidos ao longo de dois anos. Ivan diz não ser uma pessoa *possessiva* nem *ciumenta* e, por isso, estabelece formas de se relacionar com terceiros não apenas através do sexo, mas envolvendo também o afeto. Em sua relação aberta, o casal se autoriza a cultivar *namoradinhos* individuais ou coletivos, permitindo outras formas de encontro que não apenas os de natureza estritamente sexual. O esquema dos *namoradinhos*, frisa Ivan, não é uma forma de *amor* e sim de *afeto*²⁴, como o que sente por seus amigos e pessoas próximas. O amor é reservado apenas ao companheiro, com quem vive e coabita. A separação entre seu parceiro e os *namoradinhos* se dá pelo amor e pela vida compartilhada.

Ivan acredita que a geração atual repensa valores como a relação de posse que une pessoas a objetos e relações. Diz ele que, hoje, vivemos uma fase de *streaming*, na qual, para se ter acesso a algo, não é necessário possuí-lo. Essa mudança, para o interlocutor, não só afeta a forma como nossa tecnologia se desenvolve, mas também a forma como nos relacionamos. É possível estar com outros sem se comprometer com nenhum tipo de *nome*, ou seja, título que remeta a um compromisso mais complexo. Essa *mudança de paradigma* se

²⁴O interlocutor utiliza ambos os termos para explicar suas relações com o companheiro ou com terceiros.

manifesta na forma de Ivan se relacionar com seu parceiro e com terceiros. O modo *streaming* de se relacionar permite “acessar” sem se comprometer com qualquer efeito que se coloque na esfera de uma vinculação mais duradoura.

“O combinado não sai caro...”

Lycan tem 26 anos, é morador da zona sul do Rio de Janeiro e trabalha com engenharia de segurança e meio ambiente. A relação estável com seu parceiro durou três anos. A ideia da relação aberta surgiu a partir de amigos que começaram a experimentar esse formato de relação. Por ele e seu parceiro terem sido amigos antes do relacionamento, Lycan acredita que a liberdade de falar sobre outros homens também permitiu que se comentasse sobre a possibilidade de se relacionar com eles. Em uma festa, ambos teriam sido convidados a ficar com um terceiro que se mostrou interessado no casal.

Não aconteceu nada naquele dia, apesar dos dois terem se sentido atraídos pela situação. Aquele momento teria colocado a possibilidade de um diálogo que facilitaria em chance futura a abertura da relação. A oportunidade surgiu tempos depois e ambos se sentiram prontos para prosseguir. As experiências com terceiros sempre levavam o casal a ter longos diálogos sobre as experiências no dia seguinte.

Lycan explica que o amadurecimento veio por conta de sempre conversarem sobre o que haviam gostado ou não na relação com terceiros. A criação de uma *listinha de regras* foi se configurando à medida que o casal ia experimentando novos limites. Houve um momento em que era permitido beijar outras pessoas sem a presença do parceiro, mas relações sexuais nunca foram alcançadas individualmente. A proposta da relação aberta veio pela consciência de que os desejos sexuais de cada um não poderiam ser inteiramente satisfeitos nos limites de uma relação monogâmica.

“Até morar no Rio de Janeiro, eu nunca tinha dado muita atenção a esse tipo de relacionamento”

Cláudio tem 42 anos, é morador da zona sul do Rio de Janeiro e trabalha como gerente de hotéis. Atualmente mora com seu parceiro, com quem se relaciona há três anos. Ele chama de *casamento* o seu relacionamento, pois no seu entendimento a coabitação é uma forma de matrimônio. Natural do sul do país, Cláudio já montou residência em várias partes do país e do mundo, mas foi apenas no Rio que teve sua primeira experiência com o relacionamento

aberto.

Seu parceiro (39 anos) foi quem propôs a ideia de cultivarem uma relação aberta. A primeira experiência aconteceu após ambos estarem em uma festa e o *marido* perguntar se poderia beijar um homem que, naquele momento, pareceu-lhe interessante. A falta de reação inicial teria dado lugar à vontade de experimentar, de sentir como seria ver seu companheiro com outra pessoa. Ver seu *marido* sendo beijado por outro, embora tenha trazido um misto de sensações e emoções, não lhe deu insegurança. Ao contrário, ele percebeu que a situação o levou a sentir mais *confiança* e *lealdade* na relação.

Tempos depois, em outra festa, Cláudio também teve a sua primeira experiência com outra pessoa. A relação se abriu para a possibilidade de ambos se relacionarem sexualmente com outros homens. Cláudio acredita que a cidade influencia na forma como as pessoas se relacionam e, do seu ponto de vista, o Rio de Janeiro se apresenta como um espaço que permite uma maior liberdade sexual, acabando por atrair pessoas que buscam e realizam este tipo de relacionamento.

“Medo de que, sei lá, uma dessas experiências realmente seja muito forte, muito intensa e acabe com o que a gente tem...”

Fábio tem 31 anos, é morador da zona sul do Rio de Janeiro e trabalha como médico psiquiatra num consultório particular. Ele vive com seu parceiro (37 anos) faz um ano e meio. Fábio denomina sua relação como *monogâmica*. A proposta da relação aberta sempre foi vivida com medo de que isso levasse ao fim do relacionamento. Fábio acredita que o relacionamento aberto poderia mexer na estrutura da relação de tal modo que a modificaria negativamente. Diz gostar muito do que vive atualmente e teme que um novo formato possa abalar o que ambos construíram.

Apesar do receio, Fábio diz já ter experimentado formas de relacionamento que permitiram a entrada do mercado sexual pela via da fantasia. Seu antigo relacionamento permitia que o casal se imaginasse com um terceiro durante a relação sexual. Isso possibilitou que a atração sexual por outros homens fosse vivida por ele e seu parceiro sem que prejudicasse o acordo monogâmico. Ele acredita que poderá chegar ao ponto de viver essa possibilidade em seu novo relacionamento.

“É um relacionamento comum, não vou falar normal porque eu não gosto da palavra normal...”

Wagner tem 57 anos, é morador da zona norte do Rio de Janeiro e é dono de uma locadora de filmes eróticos voltados ao público gay. Casado há 32 anos com seu parceiro (64 anos), Wagner diz que a ideia da relação aberta nunca saiu do papel. O casal enxerga a relação aberta como uma saída à manutenção do casamento quando o mesmo formato ultrapassa anos de relacionamento.

Apesar de enxergarem a relação aberta como uma possível etapa em relacionamentos estáveis longos, Wagner diz que, entre eles, até então nunca apareceu a necessidade de inserir uma terceira pessoa na relação. Por ambos trabalharem com pornografia, acabam sendo alvo de interpretações a respeito do seu relacionamento, não sendo incomum que terceiros se *engracem* com um ou com outro. Muitos acreditam que eles têm uma relação aberta, apesar de negarem esse acordo.

A saída para lidar com a tentativa de sedução de terceiros foi revelar todas as ocorrências ao parceiro e vice-versa, para que sempre se antecipem de acordo com o assunto. Trabalhar com pornografia faz com que o casal lide com pessoas interessadas em sexo diariamente, e mesmo não se abrindo a essa possibilidade, a forma como lidam com as *cantadas* parece ser parte importante da manutenção do casamento.

3. ACORDOS

Neste capítulo abordaremos a forma como os entrevistados explicam o que é conjugalidade para elas. O uso por mim do termo conjugalidade se amparou na reflexão de Heilborn sobre a vinculação:

Por conjugalidade, portanto, entende-se uma relação social que se institui em um par, admitido o caráter de uma opção por uma determinada gestão da sexualidade. Falar em gestão, gerência, alude a uma modalidade de administração dos aspectos da vida sexual e amorosa [...]. (2004, p. 14).

A gestão dos relacionamentos pelos entrevistados apresenta diferenças que servirão de esteio para o entendimento de cada configuração e, conseqüentemente, a forma como acordam e lidam com o mercado sexual. Antes de tudo, cabe lembrar que nem todos os entrevistados assumiram ter uma relação aberta. Dois deles afirmaram ter uma relação monogâmica. O que significa que, nesta gestão, a forma de lidar com o mercado sexual não se aponta de modo específico, assim como é assumido em relacionamentos abertos. Veremos adiante que mesmo em relações monogâmicas, a dimensão do mercado sexual se faz presente apesar dos acordos de fidelidade que excluem relações sexuais com terceiros.

Um aspecto interessante da pesquisa foi verificar que todos os cinco entrevistados que afirmaram ter relações abertas são, em perspectiva, principiantes neste formato de relacionamento. Todos afirmaram ser a primeira vez que experimentavam a relação aberta em seu histórico de namoros e casamentos. Outro fator de destaque foi perceber que nenhuma relação se iniciou como uma relação aberta. Todos, sem exceção, instituíram inicialmente relações monogâmicas com seus parceiros. Cada história revela qual o momento em que a monogamia foi posta em cheque por um dos parceiros ou por ambos. Os entrevistados consideraram que *abrir a relação* permitiu que a díade rediscutisse suas próprias regras; o que pode e o que não pode ser feito a partir de novos limites estabelecidos.

Houve uma singularidade que atravessou todos os entrevistados em relacionamento aberto: a marcada disposição para discutir o relacionamento no que se refere às suas regras e limites. Salem nos apresenta a “discussão da relação” como um princípio ético do “casal igualitário”:

Deve-se ainda observar que as mesmas regras que presidem o indivíduo psicológico são igualmente válidas para a díade: tal como aquele, ela também é convertida em objeto de reflexão, de cultivo e de "investimento". A problematização e transformação da parceria impõe-se, assim, como imperativo moral; e no diálogo conjugal a arte de

“discutir a relação” adquire papel proeminente. O casal se pensa como estando em permanente estado de reestruturação e sua transformação em direção ao aperfeiçoamento constitui sua condição *sine qua non*. O princípio da mudança a esclarece. (1989).

Os entrevistados assumem que a relação aberta permitiu que se discutisse mais sobre as regras da relação, o que estaria bom ou não. O imperativo da “discussão da relação” parece estar associado ao processo de desenvolvimento da gestão de uma relação aberta, se comparado ao período em que a relação se estabelecia de forma monogâmica. Ao que tudo indica, a monogamia não levantava tantos questionamentos quanto a relação aberta. Isso parece se vincular à forma como os casais se situam em relações monogâmicas. Por ser ainda o modelo de conjugalidade hegemônico, a monogamia se estabelece como forma “natural” ou imanente a todo relacionamento. Ao se propor sair da monogamia, os entrevistados se mostraram mais empenhados na organização e formatação de um modelo (e de um discurso) que se adequa à abertura de novos desejos e possibilidades. No contexto da monogamia, por exemplo, fidelidade e lealdade se inserem como noções inerentes ao estilo de relação que se constrói tradicionalmente como um padrão. Isso quer dizer que na monogamia, tais noções costumam se apresentar como valores imanes a todo relacionamento que fundamenta em tal configuração. No entanto, na relação aberta, tais valores se montam a partir de novas referências, são ressignificados. A própria ideia de relação aberta já coloca em cheque a questão da fidelidade por permitir a entrada de outros parceiros na relação, seja sexual e/ou afetivamente.

Padrões de moralidade que antes eram impensáveis são reavaliados nesse novo formato de relacionamento. Fidelidade e lealdade parecem tomar rumos distintos em relações não-monogâmicas. O peso da fidelidade se direciona menos a uma pessoa e mais aos acordos estabelecidos entre parceiros. Neste caso, o descumprimento das regras poderia levar ao que, no contexto da monogamia, seria entendido como traição²⁵, ocorrência que também se faz presente em relações abertas. Weid (2010) afirma que a questão da traição em casais “swingueiros” pode se tornar um tema delicado pelo controle da sexualidade entre os parceiros a partir do viés do consentimento. Uma vez que prática sexual com terceiros é um evento permitido, a infidelidade ganharia um peso maior em casos nos quais o acordo é quebrado. Isso porque o grau de liberdade que casais “swingueiros” se propõem a viver supõe-se muito maior do que o vivido em casais monogâmicos, o que colocaria em questão a

²⁵ O uso da palavra *traição* apareceu tanto na fala dos entrevistados quanto em perguntas direcionadas a eles.

ideia da traição ao parceiro como uma necessidade, dado que está posta a possibilidade de se estar sexualmente conectado com outros indivíduos. Neste caso, a quebra de fidelidade aparenta ser mais penosa aos indivíduos que se situam em um relacionamento aberto justamente pela possibilidade de se estar conectado com terceiros sem que isso seja considerado, necessariamente, uma fraude ao acordo estabelecido. A maioria dos entrevistados parece flexibilizar as noções de quebra de fidelidade com propostas de reavaliação dos acordos pré-estabelecidos. Ainda que se flexibilize, a quebra de um acordo, ou traição de um acordo, é algo indesejado para todos os interlocutores.

A concessão que se coloca na proposição de se abrir o relacionamento parece permitir aos entrevistados a possibilidade de reavaliar os acordos com muito mais facilidade do que quando o padrão se pautava pela monogamia. Ao que parece, a crítica à monogamia foi o primeiro grande passo para a permissão de novas regras que se identificassem mais com os desejos de cada um dos envolvidos. Em razão disso, a maioria dos entrevistados se mostrou flexível às possíveis mudanças que acontecem durante a trajetória de uma relação aberta. Acordos já expiraram, outros foram atualizados e novos foram criados. A transição de uma configuração de relacionamento para outra foi colocada como um importante passo na forma de perceber o quanto é possível ser flexível em acordos que antes eram, via de regra, pilares insubstituíveis do relacionamento.

Para Henrique (28), a relação monogâmica era vista como *coxinha*, termo pejorativo utilizado para descrever algo muito “certinho”, “arrumadinho” e “careta”. Lembrando que o termo *coxinha* se origina de uma gíria que denota ideias políticas ou econômicas que são consideradas de “direita” ou “conservadoras”. Neste caso, Henrique parece traduzir sua relação monogâmica como uma etapa em que as regras do relacionamento eram direcionadas por um padrão que o entrevistado chama de *normalzinho*. A relação aberta parece ter permitido que ele e seu parceiro se permitissem maior interação entre gostos e desejos individuais. “Só que o nosso relacionamento era super monogâmico, super coxinha e tal. Era super normalzinho”. (Henrique, 28, coordenador de telemarketing)

Para César (57), a mudança nos acordos do relacionamento permitiu flexibilizar certos comportamentos que antes eram alvo de inquietações. O ciúme, por exemplo, deixa de ser um problema para César e seu companheiro, visto que situações que provocavam tal sentimento passam a ser interpretadas de modo a neutralizar seus efeitos. A mudança de pensamento sobre assuntos direcionados ao parceiro permitiu que o interlocutor pudesse reagir de forma

diferente diante de situações que frequentemente eram alvo de chateação. César dá como exemplo a ameaça que sentia quando terceiros se atentavam para os atributos estéticos de seu parceiro, deixando o interlocutor em constante tensão:

Até então (antes da relação aberta) eu era muito ciumento. [...] E aí tinha aquela coisa de sair, nossa ele é gato, ele é lindo, ele tem um olho verde (o parceiro). E eu sempre meio, porra e aí? A gente chega numa festa, num show e eu via aquela coisa muito direcionada. Hoje já não me incomoda absolutamente... Eu até gosto quando alguém chega e “nossa!” [...] e eu é mesmo, é gato sim. (César, 57, aposentado)

No caso de Cláudio (42), a proposta da relação aberta trouxe mais *liberdade*, palavra que o entrevistado utiliza para expressar a permissão que ambos sentem de poder falar de seus desejos por outros homens, tanto quanto falar de sentimentos até então ocultados ao parceiro. Os acordos também permitiriam um aprofundamento do laço de *confiança* e *lealdade*.

E aí, depois disso a gente só aumentou o laço de confiança. Acho que o laço de lealdade aumentou, na verdade. Porque a gente conversa sobre tudo. A gente fala sobre outras pessoas. Eu me sinto mais livre pra falar dos meus sentimentos. Parecia que antes era um pouco mais difícil. (Cláudio, 42, gerente de hotéis)

Para os entrevistados, a relação aberta permitiu criar formas de gerenciar a conjugalidade. A maior parte deles assumiu mudanças nas regras de conduta na relação, dando a entender que as experiências vividas trouxeram novos limites e possibilidades. Os entrevistados mencionaram, inclusive, constantes modificações nos acordos estabelecidos ao longo do novo arranjo, principalmente no início da proposta de abertura da relação. Interditos que antes se apresentavam de forma mais rígida cederam na medida em que a experiência sexual com terceiros se desenvolvia. No caso de César, por exemplo, no início da abertura não era permitido *beijar na boca*. Isso porque, segundo entendimento do casal, beijar outra pessoa indicaria que eles estariam investindo em uma relação amorosa e não apenas sexual, situação que ambos sentiam risco de que pudesse acontecer. Ao longo da experiência da relação aberta, o beijo com terceiros teria deixado de ser apenas uma expressão de amor entre duas pessoas e passando a ser objeto de excitação sexual com terceiros também. Conforme diz César:

No início existiam regras do tipo beijo não. Não porque beijo já... Amor, se você beija alguém... Mas depois a gente começou a ver que também não. Beijo também pode ser sexo, uma coisa que excita. Independente de... Mas isso levou tempo. Na hora que deu vontade a coisa de olhar e perguntar: posso? Tipo, não vai ter problema (o beijo)? Não parar e falar, obviamente. A gente já tem um código, uma coisa de olhar e “vai lá”. (César, 57, aposentado)

Se o casal se propõe a flexibilizar algumas regras tradicionalmente instituídas, isso não

quer dizer que as “novas” regras tenderão sempre à plasticidade. Em alguns casos, elas servem como pilar de sustentação da relação aberta e se mantêm com força equivalente aos acordos monogâmicos. Nessas circunstâncias, a quebra da regra pode gerar questões delicadas no gerenciamento da relação. Como no caso do Henrique, para quem *não conversar com a comida* se tornou o principal mandamento que guia a relação no que se refere ao relacionamento com outros homens. O termo exemplifica a forma como Henrique enxerga a relação com terceiros. De tal modo que *conversar* implicaria um tipo de intimidade indevida e proibida dentro de um acordo em que só se permite o envolvimento sexual. O próprio entrevistado assume já ter burlado esta regra e, como efeito, naquele momento, o relacionamento não teria suportado a quebra desse princípio:

Problemas que tivemos em relação ao relacionamento aberto. Mancadas que eu tive. Exemplo, conheci um cara e eu me apeguei. Eu me envolvi. E aí rolou realmente a traição, porque eu me envolvi com esse cara. A traição acontece quando tem envolvimento. Eu comecei a gostar do cara, não foi só sexo. Eu comecei a gostar do cara. Era bem no início do nosso relacionamento aberto. E por conta disso, quando o meu marido descobriu, porque eu fui escondendo, a gente chegou a terminar. (Henrique, 28, coordenador de telemarketing)

No caso de Henrique, a quebra de um acordo causou grande impacto no relacionamento. Ele foi o único interlocutor que assumiu ter tido problemas referentes a envolvimento não “programados”, ou seja, em que teria havido investimentos amorosos não consentidos, com terceiros. Neste cenário, a quebra de um acordo levou ao fim do relacionamento naquele momento. Esse exemplo mostra que até relacionamentos abertos podem se mostrar inflexíveis quanto a acordos estabelecidos e que burlar uma ou mais regras pode implicar o fim da relação. Para quase todos os interlocutores, o envolvimento amoroso é visto como uma forma de quebra fundamental dos acordos estabelecidos em uma relação aberta. Ao que parece, o uso do termo “traição” se encaixa em situações nas quais os interlocutores ou seus parceiros demonstram ter afetos que não se restringem apenas às trocas sexuais e que envolvem um campo de sentimentos geralmente destinados apenas a díade, no caso, sentimentos amorosos.

Propiciar experiências sexuais parece ser o principal motivo da abertura da relação.

Dentre os cinco entrevistados que estavam em relação aberta, apenas um abriu a possibilidade de desenvolver uma intimidade com terceiros que ultrapassa o contato sexual exclusivo. Ivan foi o único a apresentar a relação aberta como uma possibilidade de se criar intimidades afetivas para além do seu casamento. Nesse sentido, os *namoradinhos* (como ele e seu parceiro chamam) seriam indivíduos com quem eles estabeleceriam relações de amizade, permitindo não apenas encontros sexuais, mas também outras formas de contato e experiência. Para Ivan, *afeto* e *amor* são substâncias diferentes. Diz o entrevistado que o amor ele reserva ao seu parceiro, com quem vive e divide a vida cotidiana. Para o casal existe a possibilidade de que cada um tenha o seu leque de *namoradinhos*. É possível também que existam *namoradinhos* compartilhados por ambos. Já teria acontecido de um *namorado* de Ivan mudar de status e se tornar um *namorado* do casal. Pelas regras, uma vez que ele se torna do casal não será possível retornar ao status de *namorado* de apenas um deles, pois isso poderia gerar insegurança para o parceiro que está sendo excluído do arranjo. Ivan e seu parceiro construíram a possibilidade de manifestar afetos (que não se limitam apenas aos sexuais) com terceiros. O que se delimitou ao longo das experiências foi o uso individual da casa para relações com *namoradinhos*. Nesse caso existe um veto para a esse tipo de conduta. A casa de ambos só recebe *namoradinhos* do casal. Como explica Ivan:

Depois assim, cada um pode se relacionar também com uma pessoa que queira. Então eu posso me relacionar com uma pessoa, sexual e afetivamente. Ele pode se relacionar com outra pessoa, sexual e afetivamente. A gente até brinca que a gente tem *namoradinhos*. Ah, eu vou encontrar com um *namorado*. Existem *namoradinhos* que são os meus, os *namoradinhos* que são os deles e os que são os nossos. O que a gente sentiu necessidade de delimitar de forma mais marcada foi a questão do uso da casa. Inicialmente a casa era disponível pra encontrar esses *namoradinhos*. Em algum momento esse uso foi bloqueado [foi decidido] que a gente não queria, na verdade ele né? Ele não se sentiu à vontade com a presença de outras pessoas na casa enquanto ele não estivesse. E aí, o uso da casa foi bloqueado. A gente usa a casa quando tem um *namorado* nosso. Então a gente pode transar com aquela pessoa só quando estiverem os dois juntos. Se um de nós não estiver, um de nós com uma pessoa ou outras pessoas, essa relação tem que ser fora de casa. (Ivan, 30, engenheiro de produção)

Ao contrário de Ivan, todos os outros entrevistados afirmaram preferir ter apenas relações sexuais com terceiros. César, Cláudio e Lycan nunca se envolveram sexualmente com terceiros sem a presença de seus parceiros. Henrique estabeleceu com seu cônjuge a possibilidade de que ambos se relacionem sexualmente com terceiros sem a presença do outro, o que significa que cada um tem seus próprios contatos e formas de estabelecer encontros sexuais.

Para a maioria dos entrevistados em relação aberta o *afeto* com terceiros é algo a ser

evitado por abalar a coesão do casal. Refiro-me aqui ao leque de afetos que ultrapassam a dimensão sexual. As entrevistas indicaram que existe um receio da abertura da relação para o *afeto*²⁶ com terceiros em muitos casos. Os entrevistados apontaram que a relação aberta é vivida apenas no quesito sexual por acreditarem que o *tesão* ou o *desejo* são dimensões impossíveis de serem satisfeitas por apenas um indivíduo. Todavia, o *amor* se mostrou o único sentimento que deve ser compartilhado com apenas um indivíduo. Nesses casos, o parceiro é o eleito para corresponder a demanda amorosa do cônjuge.

Distintivamente da relação aberta, o abrir-se afetivamente a outras relações parece ser uma pré-condição em relacionamentos ditos poliamoristas. Como mostrou Pilão (2015) em sua pesquisa sobre relações não monogâmicas, a identidade poliamorista se baseia na liberdade e na igualdade entre os parceiros, o que se dá de forma a permitir relacionamentos que não se enquadrem e nem se situem a partir de “moldes estáticos”, como a formatação do casal em pares. Tal proposta vai contra o formato do relacionamento aberto, que ainda se baseia em acordos que se instituem na díade como um estilo de configuração.

Nesse aspecto, Ivan foi o único a não mostrar preocupação no que se refere ao envolvimento afetivo extenso a outros homens. Para ele, o risco de se *apaixonar* é uma condição inerente ao envolvimento com outras pessoas, mesmo em casos em que a troca se dê apenas pela via sexual. Sua fala indica que, mesmo acordando os limites do envolvimento com outros, ainda assim a díade estaria ameaçada por possibilidades que ultrapassam os regimes colocados:

Uma outra questão que surge é o vínculo afetivo. É só sexual ou afetivo também? É afetivo também. A gente pode estabelecer que pode ter sentimentos pela pessoa. É razoável sentir atração. Não é só transar, é gostar dela, é curtir um pouco aquela pessoa ali, vivenciar um pouco com ela, sair mais de uma vez, manter contato no *whatsapp*, no *facebook*, onde for. E levar essas pessoas de algum modo para as suas relações. Será que não existe algum risco de se apaixonar? Algum risco de colocar essa relação, a dualidade, a díade em risco, por causa de uma terceira pessoa? Isso sempre está lá, isso sempre existe. O risco de se apaixonar por outra pessoa e de querer ir embora ou de terminar e não dar certo. São riscos com os quais a gente negocia. (Ivan, 30, engenheiro de produção)

Na maioria dos casos, os interlocutores se preocuparam em realizar uma separação entre sexo e afeto. Ou, de forma êmica, entre *sexo* e *amor*. O sexo estaria voltado ao interesse físico, ao desejo orgânico, aos aspectos sexuais que não seriam contemplados unicamente por um indivíduo, que, nesse caso, seria o parceiro estável. A busca por terceiros aponta para o fato de que um único indivíduo não seria capaz de suprir as demandas sexuais de seu parceiro

²⁶ Para a maioria dos entrevistados *afeto* se mostrou como um sinônimo de *amor*. *Afeto e amor* se mostraram como formas de investimento emocional endereçados, principalmente, aos parceiros. Apenas um dos entrevistados (Ivan, 30), como vimos, buscou diferenciar afeto de amor.

conjugal. Já o amor estaria investido apenas na relação conjugal, no indivíduo com quem se divide e gerencia uma vida a dois. Supõe-se, aqui, que o amor seja uma dimensão da experiência voltada ao íntimo, à incondicionalidade, ao destino. É interessante observar como em muitos casos o amor não se flexibiliza, não se propõe a experimentar outras formas de existência para fora da díade. Os afetos sexuais, por sua vez, parecem ser vistos de modo mais flexível quando comparados aos afetos amorosos. Isso porque os afetos sexuais se colocam em condição de experimentação e, de certa forma, submetidos aos imperativos orgânicos²⁷.

No entanto, os afetos amorosos parecem estar em via oposta no que se refere à possibilidade de se experimentar esse investimento com mais de um parceiro. Estes afetos recebem um tom de rigidez que encapsula sua existência apenas ao eixo do casal, como se pudéssemos definir tais relações como uma espécie de “monogamia amorosa”, ou seja, exclusiva apenas no que tange à esfera do amor.

Mauss, em *O ensaio sobre a dádiva* (1974), desenvolve a tese de que a constituição da vida social se dá por um constante dar/receber/retribuir. Indo além, sua proposta coloca o dar e o retribuir como obrigações universais que se apresentam de modo particular em diferentes situações. Em alguns casos, por exemplo, as trocas são prerrogativas para a constituição de uma chefia ou de uma liderança em diferentes sociedades. A configuração que estabelece os privilégios e obrigações dos cargos envolvidos na trama social varia de caso a caso e geralmente estes fatores fundam um valor que se estende a toda a sociedade. A dádiva aqui não seria observada em seu aspecto espontâneo de doação ao outro, mas sim em sua potência em produzir alianças que vão desde fenômenos políticos até matrimoniais. Bem verdade que Mauss descarta a possibilidade de que existam trocas que sejam fundamentadas pela espontaneidade, ainda que em certa perspectiva os indivíduos acreditem e gerenciem suas vidas e relações a partir da ideia de espontaneidade. Ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, ao mesmo tempo em crio a possibilidade de um dia ser hóspede daquele que hoje se situa em minha casa como tal. A mesma troca que me faz anfitrião me faz um hóspede em potencial. Dar e receber não significam apenas troca material, mas também espiritual. Ao dar, o outro recebe algo de mim mesmo; ao aceitar, o outro aceita algo do doador. A dádiva aproxima ambas as partes e as torna semelhantes em certa medida. Podemos então dizer que a generosidade e o altruísmo, ou seja, os atos que se encontram no espectro do “dar”, não são atos desinteressados e fundamentados em uma

²⁷ Por imperativos orgânicos me refiro à necessidade que os entrevistados relataram em estar sexualmente com outras pessoas que não apenas o parceiro. Isso porque, para eles, a necessidade de se estar com terceiros aparece ligada a um desejo orgânico que eles permitem que se expresse.

espontaneidade incondicional, natural, amorosa etc. Não existe dádiva sem a expectativa da retribuição.

No entanto, é preciso contextualizar a questão da dádiva dentro das relações amorosas e das experiências com o mercado sexual. A dádiva é um processo que se insere também por critérios temporais, o que significa que a relação entre o dar/receber/retribuir não necessariamente precisa acontecer em um período curto de tempo. Relacionamentos direcionados ao mercado sexual costumam produzir acordos aonde a troca (dar-receber-retribuir) se dá de maneira imediata. Nesses casos, os interessados na troca sexual doam e retribuem num mesmo momento, uma vez que a relação costuma existir apenas para determinado encontro. O que significa que a equação da dádiva é rápida e instantânea em situações que envolvem a busca exclusiva por trocas orgásticas²⁸.

Seguindo essa reflexão, a monogamia amorosa a que se propõe a maioria dos interlocutores opera também pelo mecanismo da dádiva, tendo como distinção a complexidade do envolvimento com o outro. A dimensão do tempo dentro de um relacionamento estável não processa a dádiva da mesma forma que os encontros informais. Na proposta do que estamos chamando de monogamia amorosa, o dar e o retribuir não precisam, necessariamente, serem apresentados de modo simultâneo. Neste contexto, tais relacionamentos funcionam sem a necessidade de compensação imediata pela generosidade do outro. Uma vez que relacionamentos estáveis produzem constantes “dar-receber-retribuir”, seria difícil aferir em qual momento a equação da dádiva se conclui, se é que ela se conclui. Em ambos os casos, tanto em relacionamentos exclusivamente amorosos quanto relacionamentos anônimos ou informais, a perspectiva da dádiva está presente, com a distinção do tempo em que tais atos serão compensados e das representações sociais que o cercam.

A experiência com a relação aberta, conforme expõem os entrevistados, guarda alguma equivalência com o que Goffman chamou de “carreira moral”:

As pessoas que têm um estigma particular tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu uma “carreira moral” semelhante, que é não só causa como efeito do compromisso com uma sequência semelhante de ajustamentos pessoais. (2015, p. 41).

Goffman cita duas fases que marcam uma carreira moral a partir dos processos de sociabilização. A primeira é quando o indivíduo estigmatizado aprende e incorpora o que significa seu atributo a partir do ponto de vista dos “normais”. O segundo momento seria

²⁸ Sem esquecer que uma parcela dessas trocas é negociada também por vias financeiras.

quando o indivíduo procura entender as consequências de possuí-lo, a partir do seu próprio ponto de vista. É na união dessas duas etapas que se formam os modelos de carreira que estarão disponíveis para serem percorridos por tais indivíduos. Tais carreiras acarretam consequências na formação da identidade, do eu daqueles que nelas se engajam.

Podemos perceber que a instituição de uma relação aberta investe os entrevistados em outras formas de sociabilidade que reforcem o entendimento de uma nova carreira conjugal. Para eles, situar-se em uma nova trajetória tem provocado mudanças na identidade e na forma como este novo “eu” se projeta no mundo e se constrói a si mesmo.

30.1 O uso de preservativos

Para os entrevistados em relação aberta o uso do preservativo ganha um caráter especial, aproximando-se em certa medida do modo como gerem o *afeto*.²⁹ É também por ele que se diferenciam as relações estáveis das não estáveis. Em todos os casos de relação aberta, os entrevistados afirmaram ser obrigatório o uso de preservativo em relações sexuais que envolviam uma terceira pessoa. Ao *casamento* se destina a prática sexual *bareback*, nele o contato sexual se realiza sem nenhum tipo de barreira. Por este ângulo, o uso da camisinha se coloca como um marcador que destina separar aquilo que é privado (conjugalidade) daquilo que é público (mercado sexual).

A prática do *barebacking* dentro da relação estável se traduz em ato de confiança entre os parceiros. Alguns entrevistados colocaram que o intermédio do preservativo nas relações estáveis apenas existiu no início do relacionamento e que, ao longo do processo, o nível de confiança permitiu a retirada da proteção. O exame de DSTs, principalmente o HIV, parece ser costumeiro para a maioria dos casais em relação aberta. Muitos deles afirmaram que fazem testes com regularidade. A testagem regular parece surgir como forma de deixar ambos os parceiros mais sossegados em relação à exposição ao mercado sexual.

No entanto, algumas situações se mostraram avessas às regras estabelecidas, como no caso de Henrique, que precisou restabelecer o uso do preservativo nas relações sexuais com o seu marido por um período de tempo.

Eu cheguei lá (na festa), transei com alguns caras, inclusive com o ator que estava fazendo sexo ao vivo. E numa das relações a camisinha arrebentou. Então, por

²⁹ O uso da camisinha em relações monogâmicas não se mostrou relevante na fala dos entrevistados; portanto, este tópico será explorado apenas a partir da fala dos entrevistados em relação aberta.

exemplo, a primeira coisa que eu fiz foi falar com ele (o marido). Arreventou, a gente não transa mais sem camisinha até que eu esteja 100% seguro e limpo. (Henrique, 28, coordenador de telemarketing)

Henrique apresenta em seu relato uma tensão presente na forma como os entrevistados realizam a questão do preservativo. Ainda que o sexo com terceiros seja mediado pelo seu uso, casos como o do interlocutor estão longe de serem raros. O compromisso de Henrique com o seu atual parceiro se estabeleceu através da honestidade em declarar o imprevisto, e ambos puderam se preparar para eventuais regulações que teriam que estabelecer nos próximos meses. Nesse caso, o uso de preservativo na relação conjugal foi eleito como a principal forma de cuidado com o parceiro.

A prática do sexo oral se mostrou um tema interessante na fala dos entrevistados. Muitos deles não se deram conta de como essa prática sexual não era gerenciada tendo-se em conta algum tipo de proteção. A maioria assumiu fazer sexo oral sem proteção, mesmo aqueles que defenderam o uso de preservativos dentro de todas as relações sexuais extraconjugais. O sexo oral aparece associado à crença de que se trata de uma prática menos “perigosa” em termos de contágio, e, assim, muitos assumem o risco por acreditarem que o perigo que correm é mínimo. No caso de Cláudio, a opção por não utilizar preservativo durante o sexo oral com terceiros se dá pelo critério da *intimidade*:

Sempre [se usa preservativo]. Varia [o preservativo no sexo oral], mas não sei especificar assim o fator que me levou no momento a pedir pra pôr o preservativo naquele momento específico. Foi para uma pessoa que eu tinha menos intimidade. Que eu tinha menos conhecimento. Nem conhecia, conheci no dia. O meu marido conhecia, eu não. (Cláudio, 42, gerente de hotéis)

O critério da *intimidade* que Cláudio aponta revela que nem sempre o parâmetro da proteção é medido de forma objetiva. Nesse caso, o uso ou não de preservativos passa por valores subjetivos que dão ao interlocutor a sensação de segurança ou não.

Lycan duvida que a prática do preservativo em sexo oral seja algo frequente, dado que ele nunca usou em nenhuma de suas relações com terceiros. Sua premissa se apoia na existência de um coletivo que não faz uso do preservativo em sexo oral e que, portanto, é uma prática em desuso, dando a entender que a falta de uso por terceiros diminui a noção de risco. Em seu caso, o uso de preservativos só acontece em situações que envolvam penetração anal.

Não vou falar que numa relação oral, por exemplo, não acontecia (de não usar camisinha). Acho que poucas pessoas fazem isso, né? Mas sexo oral nunca aconteceu, nunca usei. Isso aí sim, a gente não usava. Agora qualquer tipo de penetração sempre aconteceu. (Lycan, 26, engenheiro de segurança)

Ivan é um dos casos em que o risco, por mais consciente que seja, é assumido integralmente quando se refere ao sexo oral. O entrevistado coloca que fazer sexo oral sem preservativos é o *ponto fraco* dos acordos estabelecidos com o seu parceiro.

A gente sabe que o risco de transmissão de HIV por sexo oral é muito baixo e que também não é uma prática corrente no mundo gay praticar sexo oral com camisinha. Então, na verdade, esse é um risco que a gente corre e a gente opta conscientemente por correr. Na verdade, sexo oral é uma, diria que é o ponto fraco do nosso acordo. É de fato onde existe algum risco. A gente se protege em relações anais, mas pra sexo oral a gente realmente não usa. A gente sabe que está exposto aí a coisas que não são AIDS. Gonorreia, sífilis, mas de fato é o risco que a gente opta por correr conscientemente. (Ivan, 30, engenheiro de produção)

Apenas um dos entrevistados afirmou usar proteção inclusive em relações que envolviam sexo oral. César coloca que a prática do sexo oral com camisinha desagrade a maioria dos homens com quem ele e seu parceiro se relacionam. Muitos assumem uma postura hostil ao pedido, como se entendessem que o uso do preservativo em práticas orais indicasse a existência de algum problema de saúde. A camisinha é interpretada por terceiros como uma barreira de proteção do casal ao corpo de terceiros, como se a camisinha afirmasse uma certeza, a partir do ponto de vista do casal, em relação ao corpo do outro. César enxerga tal atitude como uma proteção não só para ele ou para o seu parceiro, mas também para os terceiros. Conforme diz:

Camisinha direto, inclusive para sexo oral. Coisa que não agrada a maioria. Já houve casos de na hora colocar a camisinha e a pessoa falar “camisinha pra chupar, então não, tá achando que eu sou o quê?”. Rola um clima meio que, sabe? A pessoa não para e pensa que a pessoa está preservando o outro também. Mas entende sempre como se você estivesse com medo dele... Várias, várias vezes. (César, 57, aposentado)

Um levantamento feito pela ABIA³⁰ (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS) em 2008 indicou que existem assimetrias nas negociações sobre o preservativo em relações

³⁰Para maiores informações: http://abiaids.org.br/_img/media/AprimorandoII_internet.pdf. (Acesso em)

HSH (homens que fazem sexo com homens), em alguns casos. O relatório demonstra que em modalidades em que se apresentam diferenças de status entre os parceiros envolvidos na prática sexual, tal como diferenças etárias dos sujeitos ou diferenças de classe, há uma maior propensão ao relaxamento em relação a práticas de sexo seguro. Sendo assim, relações intergeracionais, de jovens com homens mais velhos, se expressam por uma assimetria entre dois papéis desempenhados, ou seja, em condição de desigualdade, que levam a criação de acordos que privilegiam práticas sexuais *bareback*.

César confirma também o aumento do número de homens que procuram sexo sem proteção para além das diferenças geracionais. Alguns com quem se relacionou afirmaram fazer uso do Truvada, um medicamento antirretroviral usado de forma profilática. A PrEP – como também é chamada – é uma estratégia de prevenção que envolve a utilização diária de um medicamento antirretroviral (ARV) por pessoas não infectadas para reduzir o risco de aquisição do vírus HIV por relações sexuais. Apesar de não ser 100% efetivo, a estratégia de prevenção pré-exposição abre portas para a afirmação de práticas *bareback*, como aponta o entrevistado:

Várias pessoas já pediram sem [preservativo]. Inclusive com a moda do Truvada. Já teve gente que já chegou e falou que não usa camisinha porque toma esse remédio, ‘pode ficar tranquilo’. Quer dizer, não sei quem falou pra essa pessoa que podia ficar tranquilo, mas... (César, 57, aposentado)

O engajamento na PrEP gera uma espécie de autorização para a realização de práticas *bareback* em relações sexuais ocasionais. Além disso, coloca em jogo a questão da confiança no outro, uma relação que geralmente não está presente em trocas sexuais racionalizadas e imediatas dentro do mercado sexual. A estranheza com que o entrevistado percebe a *tranquilidade* de terceiros com o não uso de preservativos parece passar também por um corte geracional, uma vez que César viveu o início da epidemia HIV-AIDS, na década de 1980. Sua relação com a epidemia se situa de maneira diferente daqueles que cresceram na presença de medicamentos antirretrovirais, logo, sua relação com o preservativo se apoia sobre outro recorte geracional.

O uso do próprio preservativo parece ser questão para alguns. Muitos dos entrevistados demonstraram ter preocupação de que o preservativo usado fosse o particular e não o que era oferecido pelo outro. César demonstrou ter preocupações com o uso da camisinha em situações nas quais o seu parceiro assumia práticas sexuais passivas. Em certas posições, seu parceiro perdia a visão do que acontecia atrás dele e, por isso, César mantinha-se vigilante. Certa vez, um dos terceiros com quem mantinham relação sexual retirou a camisinha fornecida pelo casal e quis colocar uma própria. A atitude de tirar a camisinha naquele momento levou à interrupção

da relação sexual em curso.

A desconfiança em relação a práticas insertivas realizadas por terceiros aparece também na fala de Henrique. O entrevistado comenta que *98% das vezes é sexualmente ativo* em suas relações com terceiros. Ser ativo, nesse caso, parece dar ao entrevistado certa proteção e controle das ações em uma relação sexual. Para ele, a posição ativa permite experimentar o mercado sexual de forma mais segura. Os acordos na conjugalidade de Henrique permitem a experimentação individual do mercado sexual. Ao que parece, seu receio de ser passivo em relações com terceiros se dá pelo excesso de exposição em que acredita se colocar.

Sexo oral já rola sem camisinha, mas eu sou muito mais resistente a isso do que o meu parceiro, por exemplo. Eu, por exemplo, [como no filme] *Uma linda mulher*³¹, não beijo na boca e não chupo ninguém. É sempre ativo. Quando é fora do relacionamento, 98% das vezes ativo [...] [em relação ao sexo oral] Sempre dou a desculpa do aparelho [que usa nos dentes]. Sempre tem uma desculpa, eu prefiro não. Neurose minha, eu gosto da minha neurose, eu prefiro mantê-la, me manter seguro. (Henrique, 28, coordenador de telemarketing)

30.2 O uso do mercado sexual pelos interlocutores

Apresentaremos aqui a forma como os entrevistados “percorrem” o mercado sexual. Em sua maioria, o uso das mídias digitais (internet, redes sociais e aplicativos) teve grande influência na busca por outros parceiros. A internet facilitou a possibilidade de se comunicar ao mesmo tempo com diversos indivíduos de lugares variados. Ivan afirma que o uso de aplicativos é o principal meio de busca por outros parceiros, mas não descarta a ideia de encontrar terceiros em festas *modernas*, ou seja, em empreendimentos voltados a um público sexualmente *diverso* ou não exclusivamente gay. Contudo, ainda é difícil para o entrevistado encontrar indivíduos disponíveis nesse tipo de local, uma vez que estar com o seu companheiro em tais festas cria um distanciamento de terceiros possivelmente interessados. Nesse caso, a imagem

³¹ O entrevistado usa como referência o filme *Pretty woman* (1990), na qual a atriz Julia Roberts interpreta uma prostituta que trabalha no Hollywood Boulevard.

de “casados” os coloca à margem do mercado que lhes interessa pela ideia de que toda conjugalidade é necessariamente monogâmica.

O aplicativo é o principal meio de encontrar essas pessoas sim. [...] A gente tenta sim. Quando a gente vai pra festas gays à noite, a gente tenta se colocar disponível. Eu particularmente não gosto muito (ele também) de festas exclusivamente gays. Eu prefiro festas mais modernas, misturadas. E nessas festas a gente tenta se colocar disponível. Acaba que nem sempre a gente tem muito sucesso porque o código da sociedade, o *status quo*, quando você vê um casal junto, você imagina que eles são monogâmicos. Essa tem sido a regra tácita da humanidade nos últimos, sei lá, mil, dois mil anos. O cristianismo propôs esse modelo do casamento que a comunidade gay de certa maneira adota pra si hoje um pouco. E aí, quando você vê um casal gay, originalmente você não pensa: será que eles estão querendo algo? Então, às vezes, a gente tenta dar mole para outros caras em festas e nem sempre a gente é percebido como alguém que tá dando mole. Óbvio que no aplicativo a gente consegue colocar essa disponibilidade de forma mais direta. Se a gente é um casal, a gente está disponível aqui para encontrar uma outra pessoa. Muito embora eu ache que essa percepção de que um casal é um casal e esse casal é fechado, essa percepção do casal que tá dada, como um casal fechado, ela tá se diluindo um pouco. Tá se dissolvendo... Eu posso perceber [isso] a partir da minha própria experiência de relação aberta. O que eu tenho percebido é que tem sido mais comum essa figura do casamento aberto. Pode ser uma percepção do meu próprio viés. (Ivan, 30, engenheiro de produção)

De maneira diferente, Lycan (26) prefere não utilizar aplicativos com o seu parceiro na busca por terceiros. O entrevistado acredita que tudo o que o aplicativo pode oferecer também pode ser encontrado pela cidade, em centros de lazer tais como bares, boates, festas ou até mesmo na rua. Em seu julgamento, o aplicativo oferece perigos, pois nunca se sabe quem é o outro que está conversando com você. Sua experiência com o mercado sexual parece ser marcada pela *eventualidade*, palavra que o entrevistado usa para exemplificar a proposta que o casal utiliza na busca por outros parceiros. Ao que tudo indica, a exploração de outros parceiros não se apresenta como uma busca ativa por outros homens, mas sim por experiências que se apresentam eventualmente no âmbito de suas interações pela cidade.

Era pela eventualidade. Isso também era uma regrinha: sem aplicativos. Nem se fosse aplicativo pra um perfil dos dois. Até porque antes da gente namorar, nem eu nem ele usávamos aplicativos. Eu não usava nenhum tipo de aplicativo, já usei no início, muito tempo atrás. Antes do meu relacionamento anterior ao dele, quando eu tava novo, quando eu tava me mudando pro Rio de Janeiro, paraíso gay, fui instalar os aplicativos. Mas eu mesmo comecei a entrar no aplicativo e achar um açougue, um bando de gente sem camisa se mostrando, querendo sexo e ponto final. E, pra isso, eu não preciso de um aplicativo pra conseguir sexo, ninguém precisa disso. Qualquer bar que você for, qualquer lugar, você está sujeito a isso. Vai conhecer a pessoa pessoalmente, sabe? E eu acho perigoso de certa forma, você simplesmente vai e vai transar com o outro. E sai de casa e entra na casa de uma pessoa que você nem sabe se realmente mora ali, nem sabe se tem outra pessoa dentro da casa. Não que na rua seja diferente, mas eu acho que o risco é menor. Então, nunca usei (aplicativo) e ele (o namorado) usou poucas [vezes]... A gente pensava muito igual, em muitas coisas. Então a gente nunca usou esses mecanismos. Era eventualidade, festas, barzinho, o que fosse. (Lycan, 26, engenheiro de segurança)

Henrique (28), de todos os entrevistados, parece ser o que mais diversifica os meios de

busca por outros parceiros. O entrevistado afirma que o uso de aplicativos foi uma tendência do casal por um período, mas a prática se tornou inviável à medida que perceberam que a rotatividade de homens se intensificou na casa em que moravam. Como os acordos entre Henrique e seu parceiro permitem o encontro sexual sem a presença do outro, muito se falou na entrevista sobre as suas experiências com os locais escolhidos na busca por terceiros.

Henrique apresentou um contexto no qual o local não se coloca como um critério de maior importância, assim como também ele observa que, em todos os lugares frequentados, sempre tem alguém interessado em se relacionar sexualmente. Portanto, nesse caso, o critério não se dá pelo local, mas sim pelo convite como uma confirmação do interesse do outro. Uma vez firmado esse interesse – muitas vezes por meio de olhares –, a relação sexual se colocava disponível em diferentes cenários.

Se tiver que fazer, acontece... É porque a gente não premedita fazer. Por exemplo, porra, você tá na rua, tá no metrô e aí você bate o olho num cara. E no mundo gay é muito fácil transar. O cara gostoso, te dá mole, te dá um sinal e, quando você vê, vocês estão transando. Não tem essa de pegar o celular e ligar. A gente já transou muito junto na época de aplicativo. De experimentar essa história de aplicativo, de perfil de casal e chamar gente pra transar. Chegou também o momento que a gente percebeu que não era legal trazer gente pra casa.

[...]

A gente estava numa *vibe* do tipo 'vamos foder'. Então o aplicativo era mais fácil para encontrar as pessoas. Era sempre eu (a procurar). O [parceiro] era mais careta, então era sempre eu, porque eu sou mais objetivo, mais reto e administrava melhor, então sempre trazia alguém. Ele até conheceu um cara uma vez no... acho que foi no metrô e levou pra casa e não foi legal, não rolou química, enfim...

[...]

Eu já não presto (risos). Se você estiver a fim de transar, vamos, independente do lugar. Já fui pra motel, já transei na rua, todo o tipo de lugar que você possa imaginar... Dentro de carro... Trabalho... Qualquer lugar. Convite pra sexo acontece o tempo todo, em qualquer lugar, todo dia. Na academia, por exemplo: ontem, saí do banheiro da academia, tinha duas pessoas que estavam transando no box ao lado. Os gays transam o tempo todo e em todos os lugares. (Henrique, 28, coordenador de telemarketing)

Já Cézár (57) afirma que os espaços de *cruising*³² sempre tiveram o objetivo de serem informais, dado que sua proposta de relação aberta se estabelecia apenas em relações sexuais. A sauna foi um ambiente que possibilitou essa perspectiva inicialmente. A experiência com aplicativos se mostrou ineficiente, já que, em sua opinião, os *softwares* geolocalizados criavam uma sensação de *envolvimento* muito maior do que gostaria. As perguntas que terceiros faziam no aplicativo evidenciava uma intimidade que Cézár não queria ter com qualquer um que não fosse o seu parceiro. Para eles, até mesmo o nome de um terceiro envolvido pode ser dispensável.

No início era uma coisa de ir a uma sauna, por exemplo. Fez, fez, acabou. Sempre os dois juntos. Aí veio depois a era do aplicativo que não deu muito certo. Conhecemos uma, duas pessoas e foi só. Se estivéssemos muito a fim de uma outra coisa com

alguém, a gente ia lá (na sauna). A gente começou a tentar isso (o aplicativo). Tentamos duas vezes, mas não rolou nada, porque a coisa é muito mais complexa, as pessoas enrolam muito e querem se envolver muito. Nos aplicativos, eles perguntam: cê trabalha aonde, faz o quê, mora aonde? Envolve uma intimidade que poderia levar

³² Sociabilidade mais afeita à experimentação sexual e que frequentemente se destina às trocas apenas sexuais entre os envolvidos.

ao outro caso (o da intimidade). Então, como a gente já estava nesse pânico, a gente sempre achou melhor não. Vai ali especificamente para isso (a sauna). [...] Acabou, não precisa falar o nome. O aplicativo já envolve uma série de outras coisas. (Cézar, 57, aposentado)

Gregori (2011a; 2011b) situa o mercado erótico brasileiro e sua expansão nos últimos anos. A partir de uma etnografia sobre *sex shops* localizados em diversos bairros da cidade de São Paulo, a autora procurou ilustrar como o erotismo se modula às convenções sociais, dando legitimidade ao que antes era considerado clandestino e acentuando diferenças ligadas ao gênero e à sexualidade de acordo com seu público-alvo.

A partir da emergência de *sex shops*, Gregori constatou que existia um fenômeno que segmentava o mercado erótico (que aqui designamos como sexual) a partir de critérios que demarcavam gênero, classe, idade e região (bairros). Observou-se uma maior *feminização* do mercado erótico em bairros de classe média alta, considerando um aumento significativo de mulheres como consumidoras desse mercado. Quanto mais subordinada era a posição social, mais presentes os empreendimentos voltados ao público preferencialmente masculino, envolvendo consumo de conteúdos sexuais caracterizados como “sujos”.

Aqui o “sujo” é carregado de uma normatividade do sexo e de um erotismo oriundo de uma época em que o mercado sexual fornecia principalmente o consumo de sexo clandestino e anônimo sob o crivo do risco³³. A autora chamou essa normatização do sexo de *erotismo politicamente correto*. Esse conceito supõe uma fissura de gênero, no qual o erotismo masculino se conectava à ideia de transgressão, enquanto o feminino estava ligado à ideia de sofisticação, luxo e saúde.

Não é de hoje que o mercado sexual masculino, principalmente os que eram voltados aos homossexuais, é considerado de certo modo como promíscuo e inadequado. Ao mesmo tempo em que a expansão do mercado permitiu a entrada de diversos segmentos (classe, idade, gênero, etc), ainda assim presenciamos valores que se incutem negativamente a certas formas de consumo.

Nesse sentido, podemos observar, a partir de nossos interlocutores, que a incidência de um consumo caracterizado como “sujo” e predominantemente masculino ainda se situa sob efeito, principalmente, em indivíduos que residem em zonas nas quais a estratificação social é mais baixa. Em casos contrários, o efeito da feminização do consumo erótico para indivíduos residentes de bairros da zona sul parece atingir nossos interlocutores na forma como se

³³ Situo o *risco* como uma dimensão que participa do erotismo sexual envolvido em trocas no mercado sexual. Esse fator não deve ser aliado às mudanças sobre os direitos sexuais dos indivíduos, pois nelas se encontra um segmento pertinente ao erotismo e suas diversas formas de consumo.

normatizam gênero, sexualidade e investimentos eróticos, uma vez que suas relações com o mercado não carregam potencialmente o fator do risco.

Por este ângulo, notamos que a posição social dos interlocutores influencia na forma como elegem os segmentos frequentados do mercado sexual. Os entrevistados que moram em bairros de classe média alta (tais como, Ivan, Lycan e Cláudio) mostraram ter preferências por festas *gay-friendly* e por aplicativos de relacionamento gay como o modo de busca por terceiros. Já César e Henrique demonstraram diferenças nos estilos de interação com terceiros. Sendo moradores de bairros de classe média, ambos situaram o interesse pela utilização de empreendimentos potencialmente voltados ao *cruising*, como, por exemplo, saunas, *sex shops com cruising-bar* e banheiros públicos, locais marcados pela presença de indivíduos pertencentes a uma estratificação social mais baixa.

A preferência por diferentes perfis comerciais se apresenta a partir de marcadores sociais que agenciam diferentes gostos e desejos. Além do mais, os locais escolhidos por Henrique e César apresentam maior possibilidade de anonimato e de encontrar indivíduos de classe popular, o que condiz com a configuração dos seus acordos no que se refere ao estabelecimento de uma distância severa no contato com terceiros envolvidos em transações sexuais.

30.3 Monogamia

Como descrito acima, em dado momento do processo de realização das entrevistas, passei também a buscar entrevistados que não estivessem em relação aberta. Essa busca me levou a conhecer Fábio (31 anos) e Wagner (57 anos). A proposta da entrevista se colocou na apresentação da relação conjugal e seus acordos, como também, em dado momento, perguntei suas opiniões sobre a proposta do relacionamento aberto e o mercado sexual.

Diferente dos outros cinco entrevistados, Fábio e Wagner se consideram *monogâmicos*, o que significa para eles que suas relações se pautam em um gerenciamento da vida sexual e afetiva entre o par e ninguém mais.

Para Wagner, a ideia da relação aberta nunca *saiu do papel*. Casado há 32 anos, o entrevistado diz já ter colocado essa questão para o seu parceiro. No entanto, apesar de conversarem sobre uma possível tentativa, nunca as conversas teriam levado a um desfecho prático. Ele não queria que a tentativa de uma relação aberta se traduzisse como uma *tábua de salvação* para a relação, acreditando que, para acontecer, que não fosse por uma *necessidade*. Wagner entende *necessidade* como o apetite sexual por outros homens que não seu parceiro, e diz nunca ter tido esse tipo de vontade, se sentindo realizado sexualmente apenas com o seu marido:

Ficou no papel porque a gente sempre conversou assim: eu preciso de? E se um dia a gente fizesse? Mas não aquela necessidade, 'eu preciso de uma outra pessoa para salvar o nosso relacionamento'... Quando nós conhecemos pessoas que têm relacionamento aberto, a gente falava assim... Não era uma coisa que fosse tábua de salvação; a gente simplesmente comentava: 'se um dia um quiser, a gente tenta.' Mas quando o outro se predispunha a dizer que queria tentar hoje, era até em tom de brincadeira: 'ah, não, hoje não, deixa pra outro dia!' Por isso é que eu digo que não saiu do papel. Falou-se sobre, mas... (Wagner, 57, gerente de locadora pornográfica)

Para Fábio, a possibilidade de uma relação aberta é descartada pelo temor de ter o mesmo destino que seus amigos que experimentaram esse tipo de relação: o término do casamento. Apesar de não saber se os reais motivos dos terminos teriam sido a relação aberta, o entrevistado teme que a experiência de uma nova forma de conjugalidade possa abalar o que lhe é tão caro: a estabilidade com o seu parceiro.

Aí me dá mais medo ainda (risos) de sair da fantasia, do virtual e ir concretizar isso, de que realmente perca esse contorno, que perca essa relação que, no momento, é uma relação muita cara, muito querida, que me faz bem... Não que talvez mudar a relação eu vá perder, é só o medo... Isso já me bloqueia. Mas, é isso, não sei. (Fábio, 31, psiquiatra)

Apesar de firmarem acordos monogâmicos com os seus parceiros, os dois casais mostraram ter proximidade com o mercado sexual. Isso não significa que se permitam uma abertura afetiva ou sexual a outros, mas implica a possibilidade de se estabelecer acordos que flexibilizem certa relação com o mercado mesmo que seja de forma profissional, como no caso de Wagner, ou *fantasiosa*, como no caso de Fábio.

No caso de Fábio, a aproximação do mercado sexual se dá pelo que o entrevistado chamou de *fantasia*. Em seu antigo relacionamento, existia a possibilidade de que ambos imaginassem uma terceira pessoa durante a atividade sexual. Nesse caso, o terceiro envolvido era alguém com quem ambos tivessem tido algum desejo sexual. A possibilidade de se trazer uma terceira pessoa para a relação só era possível por meio da imaginação, pois em nenhum momento o desejo por alguém os levou a concretizarem um convite.

No entanto, podemos perceber que o acordo monogâmico de Fábio permitiu que sua relação experimentasse estar sexualmente – através de fantasias compartilhadas – com outros homens sem que isso se tornasse uma infidelidade ao relacionamento.

Ou como já aconteceu uma vez no outro casamento, de nós dois ficarmos a fim de um cara na balada e os dois perceberem, mas a gente levou esse cara imaginariamente pro sexo, depois, em casa. E aí nós dois falamos, os dois perceberam que nós dois estávamos interessados. Mas a gente não levou o cara pra casa concretamente; na hora da transa, a gente comentou e falou o que estava pensando. Foi gostoso, foi bom também dessa forma. (Fábio, 31, psiquiatra)

Em certo contexto, Wagner também se aproxima do mercado sexual dentro de uma configuração monogâmica. No seu caso, a aproximação se dá pela via do trabalho. Tanto ele quanto o seu parceiro já trabalharam com vários estabelecimentos voltados ao público gay masculino. Atualmente, ambos têm uma locadora voltada à pornografia gay masculina, com direito a cabines privadas para a reprodução dos catálogos disponíveis.

Wagner lida constantemente com um público interessado em pornografia. Muitos dos clientes estranham ao saber que os donos são casados e que essa relação é monogâmica, pois, para o entendimento geral, ter um estabelecimento como esse configuraria um interesse específico pelo mercado sexual. Viver a experiência da pornografia por esse viés parece oferecer ao casal uma entrada no mercado sexual pela via do trabalho, o que permite o contato com outros homens sem que isso se desdobre em algum tipo de conexão que ultrapasse as barreiras profissionais.

Ao contrário, apesar de muitos clientes sugerirem possíveis contatos sexuais com Wagner, existem aqueles frequentadores que já se tornaram amigos, indo contra a ideia de que não seria possível estabelecer relações afetivas dentro de um mercado sexual, principalmente um estabelecimento que é voltado exclusivamente à pornografia.

As pessoas acham que você está aberto a essa relação aberta. Não só pelo fato da gente trabalhar com pornografia, mas, assim, as pessoas criam um conceito de que, a partir do momento que você está dentro de um estabelecimento pornográfico, você está aberto a esse tipo de coisa. Tanto que, às vezes, no início, quando as pessoas vinham nos conhecer, nós dizíamos que eramos casados. “Vocês são casados e trabalham juntos?” Era a primeira pergunta [dessas pessoas]. A gente tá trabalhando, a gente não está se expondo e nem vendendo um ao outro. Não tanto com essa grosseria com que eu falei agora, mas a gente deixava bem claro pras pessoas. O interesse, inclusive, era de nós criarmos amizades em virtude do trabalho. Por ser um mundo gay, a gente tinha também a ideia de criar um vínculo com as pessoas. Não só como clientes, como pessoas amigas. Da mesma forma que nós queríamos que as pessoas se conhecessem de uma maneira diferente. Então, no início aqui, era uma mesa grande, as pessoas vinham, ficavam sentadas batendo papo. Muitas delas são amigas até hoje. Mesmo aquelas que não frequentam mais permaneceram com a amizade porque se conheceram aqui. Porque nós queríamos que as pessoas tivessem uma visão diferente de um estabelecimento gay. Porque o normal hoje em dia, principalmente numa boate, as pessoas vão e dançam até um determinado momento, mas, para parte delas, o foco é o chamado *dark room*, o quatinho escuro que as boates têm, onde, depois, a pessoa [que] fez “carão” a noite inteira [...] não sabe nem com quem ela está tendo relações, dentro do quarto escuro. E nós queríamos tirar essa imagem. Queríamos [...] estabelecer uma filosofia, mas nós gostaríamos de frequentar lugares onde as pessoas pudessem conversar, rir, brincar, criar uma amizade sem necessariamente se direcionar ao sexo, porque é o nosso conceito de vida, digamos assim. Nós frequentamos saunas, os dois juntos. As pessoas também não entendem, porque acham que, se você vai a uma sauna gay, a finalidade ali é você transar com uma ou mais pessoas. E na verdade pra gente não é, nunca foi. A gente ia pra lá porque gostava de fazer sauna, gostava de tomar um chopinho. E permanecíamos juntos. E já houve casos de pessoas chegarem na mesa da gente e perguntar se a gente fazia a três ou se podia chamar o namorado pra ir pra cabine os quatro. Só que a gente sempre descartou. Ou seja, o nosso “mundinho” sexual é o nosso “mundinho” sexual (risos). (Wagner, 57,

gerente de locadora pornográfica)

Toda conjugalidade se dá por acordos. Observamos que, em relações nas quais a conjugalidade se modela por uma monogamia tradicional, a configuração tende a flexionar menos as regras internas do relacionamento. Isso porque estamos falando de conjugalidades que se amparam sob padrões de normalidade que tendem a expressar certa imanência em relação às leis que regem uma relação. Acredita-se que padrões de relacionamento monogâmicos já venham prontos.

No entanto, nossos interlocutores mostraram que, mesmo em regimes monogâmicos, a experiência dos acordos de um relacionamento se situa em constante movimento, ainda que de forma mais discreta, se comparada a outras configurações. Em alguns casos, como em relações abertas, por exemplo, percebemos maior ação dos envolvidos na criação de um estilo de relacionamento que se adegue melhor aos desejos e vontades de cada integrante. Sendo assim, a criação de acordos não é exclusividade dos relacionamentos abertos, mesmo que esses demonstrem ter mais disponibilidade na criação de novos territórios que acrescentam novos limites ao modelo de gestão do casal.

4. RAZÕES

Neste capítulo abordaremos os motivos que levaram cada entrevistado a pensar sobre a proposta de um relacionamento aberto. Esse questionamento só faz sentido pela experiência geral da relação monogâmica como uma prática hegemônica, conferindo a necessidade de se pensar a relação aberta como uma escolha consciente, como uma opção entre os variados tipos de configurações conjugais possíveis. Todos os entrevistados são egressos de relações monogâmicas, o que justifica a questão sobre os motivos que os levaram a questionar a própria diáde monogâmica e seus preceitos.

Aqui, os motivos ganham um tom de ponto de partida, de uma nova forma de olhar e conceber uma relação a dois. Apesar de termos a presença de muitos fatores envolvidos em cada um dos acordos e arranjos conjugais trabalhados, o desejo parece ter sido o principal motor que os teria levado a se questionarem em relação a sua própria ideia de monogamia. Ao falar em desejo, nos referimos não só à atração erótica por outros homens além do parceiro, mas também ao desejo de se estar conectado sob outras formas de afeto para além do sexo, tal como foi colocado por um dos entrevistados. A excitação sexual por outros homens, invariavelmente, esteve presente em todos os relatos apresentados. Em alguns casos, o desejo sexual por terceiros foi colocado como uma *vontade* que não deveria ser frustrada, a ponto de um dos participantes se referir a ela como uma *droga* difícil de ser controlada.

Segundo Heilborn (2004), a conjugalidade em casais gays se vê ameaçada pela recorrente busca de sedução e conquista supostamente imperativa no meio homossexual masculino. Desde logo, a forma que pares recém-formados encontravam para resistir a essa força avassaladora era o enclausuramento em uma certa domesticidade, longe do cenário do mercado sexual. E é justamente a domesticidade, antes caracterizada em oposição ao território do *bar scene*, que parece não se colocar mais como um refúgio dos casais na medida em que a relação aberta se propõe à conexão desses dois cenários. Abrir a relação parece permitir que se enxerguem os imperativos de uma comunidade de forma menos ameaçadora. O mercado sexual, assim, se tornaria menos hostil aos padrões de conjugalidade e vice-versa.

Nesse sentido, a expectativa de uma curta durabilidade de casais em contato com o mercado sexual parece se modificar quando se levanta a ideia de que a duração de uma relação estaria intimamente ligada a seu grau de abertura e conexão com o mercado sexual. O que antes se colocava como um fator intimidante, hoje se apresenta como uma possibilidade para a manutenção de conjugalidades através da permissão consentida de viver experiências que não estejam cerceadas apenas pelo encontro sexual ou afetivo com o parceiro.

Muitos entrevistados aludiram que a relação aberta propiciou uma maior sustentação da relação justamente por permitir outras formas de *conexão* que não se reduzem apenas à conjugalidade monogâmica. O diferencial de uma relação estritamente monogâmica para uma relação aberta se deu quando a relação pareceu se ocupar de desejos que anteriormente se mantinham ocultos ao par conjugal. Ao entrevistar também homens que se encontram em relações monogâmicas³⁴, foi possível constatar que a dimensão do desejo por outros sempre está presente de uma forma ou de outra. O que se coloca como singular em casais em relação aberta é permitir que esse desejo seja discutido e vivenciado na relação de forma direta e prática.

Até então, a expectativa da durabilidade se manteve em foco pela perspectiva da ausência de referências que fundamentassem conjugalidades entre pessoas do mesmo sexo. Assumimos que esse cenário não continua o mesmo e que, hoje, é possível ser influenciado por diversas referências que sustentam formatos de conjugalidade homossexuais. No entanto, a expectativa da duração da relação não é um tema que aparece apenas em relação a casais gays.

Como já refletimos, a base dos relacionamentos amorosos tem como influência o mito do amor romântico, representado pelo arquétipo da relação entre Romeu e Julieta, o símbolo de uma união heterossexual guiada pela intimidade amorosa e psicológica. A compreensão da união por amor se acopla à ideia do “felizes para sempre”, jargão utilizado para representar certa eternidade dos relacionamentos. A maioria dos nossos interlocutores assume viver relacionamentos abertos, mas isso não significa que a configuração da relação inaugure apenas formas de pensar que se distanciam completamente de um padrão monogâmico.

O que se quer dizer é que valores e ideias são emprestadas em ambos os estilos de conjugalidade e, sendo assim, podemos observar a presença de expectativas relacionadas à conservação do casal também em relacionamentos abertos. Acreditamos que, em certa medida, a tentativa de instituir o “felizes para sempre” se construa por um aditivo que insere a perspectiva de que a durabilidade só é possível uma vez que a relação se permita viver um “felizes com mais gente”. Isso porque, para nossos interlocutores, a experiência de estar sexualmente conectado com terceiros aumenta a expectativa da própria relação amorosa.

Todos os entrevistados em relação aberta afirmaram ter certo desejo ou necessidade de estar com outras pessoas que não só o parceiro, assim como muitos parceiros também expressaram tal vontade. A importância de se criar uma relação que permita a entrada de terceiros parece ser atravessada pela tentativa de sustentar a relação tal como ela é, ou seja, permitir a entrada de terceiros para

³⁴ Dois entrevistados assumiram ser exclusivamente monogâmicos. A princípio, o acordo em ambos os casais não permite nenhum tipo de contato explícito com o mercado sexual.

que a durabilidade do relacionamento não seja ameaçada por certa rotina que supostamente induziria os envolvidos em quebras de acordo que poderiam levar ao fim da díade.

Para Ivan (30), existiam, desde o começo do casamento, inquietações acerca da privação da realização de desejos por outros homens que não o marido. Desde a primeira vez que tiveram uma conversa sobre chamar uma terceira pessoa para participar da relação, o entrevistado relata ter demonstrado interesse em abrir o relacionamento. Para ele, a *posse* é um conceito que engessa a relação e produz inseguranças e ciúmes. Como diz um entrevistado, uma “experiência sexual e afetiva com um terceiro não diz respeito à relação a dois com o meu companheiro” (Ivan, 30, engenheiro de produção).

Pilão (2012) traduz essa experiência da não posse a partir do conceito de “compersão” (do inglês *compersion*). Esse sentimento seria o oposto do ciúme e da posse. A compersão é um movimento de superação dos monopólios afetivos a partir da aceitação da liberdade de amar do parceiro. Liberdade aqui se aproxima ao que Ivan (30) experimenta como uma ética do seu relacionamento: a possibilidade de experimentar desejos e afetos por outros sem que com isso se dissolva a parceria que mantém com seu parceiro.

Assumimos, a partir dessa ideia, que Ivan seja, de todos, o único a se aproximar mais de uma compersão por atribuir ao relacionamento a possibilidade de um maior leque afetivo. Enquanto outros se mantiveram apenas em experiências sexuais, o interlocutor se mostrou flexível a experiências que ditavam sua crítica à ideia de posse. Blindar seu relacionamento para experiências que ultrapassam encontros sexuais não garante a estabilidade de um união, em sua opinião.

Para Henrique (28), o desejo por estar com outros homens o acompanha desde a época em que, em suas palavras, precisou se *prostituir* por moradia e comida. O sexo se tornou uma moeda de troca em determinado momento de sua vida após o término do seu primeiro casamento. Passados três dias após a separação, Henrique precisou se mudar da casa do ex-marido com quem manteve uma relação durante três anos. Nesse período, ele tentou pedir moradia para sua mãe adotiva, mas o abrigo foi negado por não ter aceitado se submeter à condição de voltar a ser *hétero*. Sem moradia ou amigos com quem pudesse contar, Henrique passou alguns dias morando na rua e dormindo em bancos de praça. Até o momento em que passou a usar o sexo como *artifício*, segundo diz, para ter onde dormir e comer.

Henrique relata que, após ter conseguido moradia com uma colega de trabalho e ter casado de novo, a troca sexual com outros homens se tornou um *vício*, a ponto de ter

sudorese quando passava por locais de *pegação*³⁵. Seu desejo por estar sexualmente com outros homens foi descoberto por seu atual parceiro quando o melhor amigo deste flagrou Henrique engajado sexualmente com outros homens em um banheiro de rodoviária. A situação levou o casal a ter o seu primeiro término.

O diálogo que se deu após o primeiro término foi fundamental para içar questionamentos acerca do tipo de relacionamento que ambos estavam produzindo juntos. Por mais que a configuração inicial do relacionamento fosse monogâmica, Henrique coloca que tanto ele quanto o companheiro tinham experiências recorrentes com o mercado sexual enquanto estavam solteiros. Inclusive, o primeiro encontro do casal se deu em uma casa de festa noturna que possuía cabines próprias para sexo. O histórico sexual de ambos colocou em pauta a necessidade de se manter uma monogamia restritiva, já que dos dois lados havia a vontade de se estar sexualmente conectado com terceiros. O reestabelecimento da relação se deu a partir do momento em que ambos assumiram querer estar um com o outro sem abrir mão do estilo de vida que inicialmente os colocou frente à frente.

Dentre todos os relatos, César (57) foi o que verbalizou ter a motivação mais radical para a entrada do mercado sexual dentre todos os participantes. Morando junto faz mais de vinte anos com seu atual parceiro, César se viu em situação inesperada há cinco anos. Na época, o entrevistado descobriu que estava com câncer de próstata e foi obrigado a fazer uma intervenção cirúrgica de emergência que retirou completamente a glândula comprometida. Os efeitos colaterais comprometeram o funcionamento de seu órgão sexual de tal modo que ele não conseguia mais manter uma ereção.

Passados alguns meses de diversos tratamentos, a frustração de César se acumulava na impossibilidade de satisfazer sexualmente seu parceiro. Naquele momento nenhum tratamento foi eficaz em restaurar a potência *original* do órgão sexual. Por indicação médica, foi sugerido a César a experiência de estimular seu desejo através de fantasias. Muitas foram as tentativas que colocaram o interlocutor e seu parceiro em experimentos que acabavam em decepção e frustração. A pior, sem dúvida, foi a experiência medicamentosa. Durante certo período César procurou especialistas em ereção que indicaram diversos medicamentos, além de aplicações regulares de injeção na região pélvica. Houve sucesso no que se refere à potência eretiva, mas o interlocutor afirma que a experiência de ter seu órgão ereto por uma injeção era grotesco demais.

³⁵ Para Henrique (28, coordenador de telemarketing), todos os lugares têm seu potencial para se tornarem locais de *pegação*. Entre eles, o interlocutor destaca banheiros públicos, saunas, casas noturnas com *dark room* e também ambientes residenciais, como sua própria casa ou a de terceiros.

Após cansativos testes, a relação aberta surgiu como uma nova proposta de estimular a imaginação ao mesmo tempo em que aplacava a frustração que ele vivia pelas constantes tentativas de reavivar a vida sexual que ambos tinham antes do diagnóstico. Estar com outros homens permitiu mudanças no cenário clínico que Cézar se encontrava, ainda que o interlocutor, conforme assumiu, nunca mais tenha tido o mesmo ímpeto sexual após a cirurgia.

A relação aberta veio, assim, a cumprir dois papéis na relação. Um deles se refere à busca por novas formas de estimulação que colaborassem para o restabelecimento da vida sexual do casal. O segundo papel se coloca como uma nova forma de manutenção da relação. Cézar não gostaria de abrir mão de seu companheiro e, por isso, enxergou no relacionamento aberto a possibilidade de que ele e o parceiro pudessem ter uma válvula de escape sexual que permitisse alcançar a satisfação necessária, servindo de base para o prolongamento da relação.

Nenhum dos entrevistados julgou como uma das razões para a gestão de uma relação aberta a diminuição do desejo sexual pelo parceiro. Ao contrário, muitos reforçaram a importância de uma vida sexual ativa com os parceiros fixos. Os relatos apontam que todos os entrevistados dão muito valor à vida sexual na conjugalidade estável. Inclusive muitos comentam ser um critério para a manutenção do relacionamento ter uma “química sexual” com o parceiro fixo.

Ao serem perguntados sobre as diferenças entre relações sexuais com seus parceiros e com outros, a maioria situou a dimensão do *amor* como um fator distintivo e exclusivo dos parceiros estáveis. Para eles, o amor pelo cônjuge tornaria a relação sexual mais profunda e prazerosa, ao passo que relações sexuais com terceiros serviriam como um escape aos desejos sexuais não realizados no casal. O âmbito do amor indica ser o principal elo que diferencia o relacionamento estável das relações com o mercado sexual. Como refletiu Mello,

A constituição da família conjugal moderna passa a ser marcada por duas características fundamentais: a afirmação da individualidade dos sujeitos nas escolhas dos seus cônjuges, a partir dos ideais do amor romântico; e a maior independência dos novos casais em relação a suas famílias de origem. A constituição dessa nova família, como lugar obrigatório dos afetos, dos sentimentos e do amor é espaço privilegiado da eclosão da sexualidade [...] (2005, p. 26).

Outro fator que parece influenciar certa abertura diz respeito às redes de sociabilidade que cada um deles constrói. Alguns entrevistados relataram que ter por perto casais de amigos que compartilhavam a experiência de ter uma relação aberta fez com que a díade monogâmica se aproximasse do assunto. Observar de perto relacionamentos não monogâmicos estimulou diálogos e reflexões sobre o assunto entre os entrevistados e seus parceiros. E também facilitou a entrada nesse estilo de relação. Os entrevistados que relataram ter amigos próximos que

também mantêm relações abertas disseram ter sentido menos estranhamento com a nova experiência conjugal. Ao mesmo tempo, os interlocutores que não possuíam uma rede de sociabilidade mais propensa à relação aberta tiveram mais dificuldades de expor este tipo de gerenciamento para pessoas próximas.

A dimensão da geração apareceu na fala dos entrevistados como um catalisador de mudanças relacionadas à conjugalidade e aos estilos de vida homossexuais. Aqui, o termo geração não se dá como fruto de um processo linear de envelhecimento, mas sim por períodos da vida marcados por aspectos da experiência do sujeito. Importou-nos mais observar o tema da geração a partir de uma história dos acontecimentos do que por um enquadramento etário ou a partir de fases da vida. A periodização da vida implica em um investimento simbólico em constante processo e construção. Como pontuou Mota sobre a geração: “Trata-se de uma definição social, histórica e cultural de uma faixa etária que define determinada fase da vida, com disposições históricas atribuídas a grupos etários de indivíduos e seus contornos característicos” (2014, p. 51).

A noção de geração abrange “grupos etários” que se relacionam em determinado e particular processo histórico-social. Isso significa que pessoas com idades próximas podem ou não se posicionar em uma mesma geração, dependendo de suas experiências as situarem em uma mesma mudança coletiva que as faz incorporar uma certa perspectiva temporal (identificar-se a partir de uma “época”) e não outra.

As trajetórias de vida de parte dos entrevistados são marcadas por contextos sociopolíticos característicos das décadas de 1970 e 1980, donde se pode perceber a forte influência de processos sociais da época, tais como: a ditadura civil-militar, o surgimento do vírus HIV e a intensa discriminação e moralização dos estilos de vida homossexuais. Os entrevistados que hoje se aproximam dos sessenta anos viveram uma época de impetuosas lutas por direitos de uma minoria que se viu frente à necessidade de construir uma identidade sociosexual em meio a um regime heteronormativo e marginalizador. A própria ideia de conjugalidade, antes destinada a ter seu propósito circunscrito à reprodução heterossexual, ganhou novos sentidos nas últimas décadas, orientados por dinâmicas em que a sexualidade não reprodutiva ocupa lugar central.

Para Wagner (57), as mudanças sociopolíticas ao longo das últimas décadas permitiram uma maior liberdade para indivíduos homossexuais no que se refere à expressão de sua própria sexualidade. Contudo, o entrevistado indica que uma maior liberdade trouxe consigo uma maior *libertinagem*. Ações como “beijar numa praça de alimentação” de um shopping ou estar de “mãos dadas” em público se tornam um excesso à conduta que um casal deveria manter em

ambientes coletivos. Em seu relato, expressões públicas de afetividade entre homens seriam *piores* do que as de casais *héteros* em mesma condição.

O entrevistado carrega um discurso que ainda sustenta a dificuldade de se enxergar a expressão explícita de estilos de vida homossexuais. Wagner entende como constrangimento expressões que exponham um relacionamento homossexual em ambientes públicos, ao mesmo tempo em que moraliza alguns comportamentos afetivos, colocando-os na dimensão da *libertinagem*. Conforme diz:

As coisas hoje são mais livres. Adquiriu-se muitos direitos em você poder ser e viver a homossexualidade, mas gerou uma libertinagem muito grande. Nós nunca, eu falo nós mesmo porque são 32 anos [de relação], eu não consigo falar mais sozinho. Nós achamos, por exemplo, que não existe necessidade nenhuma de ir num shopping e se beijar numa praça de alimentação. Como eu falei antes, nós frequentamos as casas das nossas famílias. E nunca houve essa necessidade da gente estar agarrado ou mesmo de mãos dadas, ou sentado no colo do outro. Porque da mesma forma que nós achamos que é uma situação constrangedora sendo realizado por um casal hétero, pior ainda por um casal homossexual. Você tem que dar muito mais explicação pra quem está ao redor. E as pessoas hoje lutam por esse tipo de coisa. “Ah, eu quero poder andar nu na rua porque eu sou homossexual, e, se uma mulher pode andar com um vestido quatro dedos de tamanho, eu posso andar também.” Eu acho que a liberdade que se conquistou virou libertinagem. Então o sentido de você procurar alguém hoje, os poucos casais que nós conhecemos que estão juntos, estão juntos há anos. E as pessoas que nós conhecemos que começam um relacionamento e seguram seis meses é muita coisa. (Wagner, 57, gerente de locadora pornográfica)

Com a mesma idade de Wagner, Cézár (57) garante que as relações abertas têm ganhado mais destaque atualmente. Seu relato nos leva à sua juventude e a dificuldade de se relacionar com homens por conta da repressão sexual então existente. O entrevistado cita que as relações com homens obedeciam a dinâmica do “comer e acabou”. Ele coloca que o acesso à internet, as redes sociais e a maior visibilidade de casais homossexuais possibilitaram manifestar a relação entre homens como algo mais natural. Junto a isso, ele vê que hoje se fala mais de relacionamentos abertos do que antigamente. E isso também reforça a naturalidade com que se lida com o assunto:

Não sei se em todos os casos, mas eu acho que é uma coisa mais falada, mais discutida. Eu sinto isso. Até então as pessoas tinham certo medo. Às vezes os dois queriam, aí ficavam de: não, não vou falar porque vai achar que eu não amo mais. Eu já tive casos de conversar com amigos que entraram nessa, mas levaram muito tempo pela insegurança. Como é que vai bater pro outro. Que é tipo da coisa que não dá pra você falar junto. Alguém (do casal) vai ter que falar (propor) antes.

[...]

Eu acho que é exatamente a coisa de ter mais acesso a essa discussão. Você pode entrar na internet por exemplo e vai ver um relato lá de um casal vive a três e que assumiu a três. E aí você pode: pô, se ali existe... E dali você vai, você tem ganchos assim. Coisa que na época não tinha... (Cézár, 57, aposentado)

Lycan (26) afirma que a visibilidade da comunidade LGBT trouxe diversos benefícios.

A exposição de estilos de vida diferentes permitiu que assuntos antes tratados na marginalidade viessem à tona de forma menos preconceituosa. Para o entrevistado, o cenário político atual foi um dos principais influenciadores desse movimento de autoafirmação de práticas sexuais que antes viviam ocultas.

Não só da geração, mas eu acho assim, a gente está passando por um movimento de autoafirmação da comunidade LGBT muito grande, então a visibilidade está crescendo muito. E as pessoas estão perdendo a vergonha de fazer coisas que elas faziam às vezes escondidas. Então os gays estão aparecendo mais e aí eles estão, assim, você começa a ver casais que antigamente tinham relacionamento aberto, mas que não expunha e hoje em dia está expondo. E isso acaba botando na cabeça da pessoa né. Fulano, nossa, olha isso, será que eu conseguiria? Isso instiga um pensamento maior. Acho que no cenário atual que a gente passa, falando especificamente da área LGBT, eu acho que a gente tem muito, tem uma crescente, uma gama muito crescente disso, sabe.

[...] eu acho assim, que a gente teve um *boom* muito grande no último ano. Há um ano, sei lá. Sei lá, eu comecei a perceber que teve um *boom* muito maior assim, não sei. Eu acho que a cena LGBT apareceu mais, bateu mais de frente. Acho que a situação política, sabe. As pessoas começaram, não vou entrar em detalhes políticos, assim. Na cena política começou a aparecer umas coisas mais visíveis de homofobia. E aí isso mostrou na sociedade a quantidade de gente que tinha... como a homofobia era enrustida. (Lycan, 26, engenheiro de segurança)

Ivan (30) enxerga na atual geração uma mudança de perspectiva que influencia o modo de olhar do indivíduo em relação à posse e ao acesso às coisas. Para o entrevistado, a atual geração está mais ligada ao *acesso* do que à *posse*. A preocupação da geração anterior se colocava na forma de obtenção às coisas e que, de certo modo, influencia a forma como os indivíduos se relacionavam naquele momento também. Ele dá o exemplo do marido que é casado e que mantém uma amante fixa, uma configuração aonde o terceiro da relação se mantinha por relações constantes e não de forma anônima e imediata. Ele expande essa consciência às formas de entretenimento, colocando que empresas como NETFLIX e SPOTIFY são líderes de usuários pela forma como contratam o uso de músicas e filmes. Você não possui nenhum filme, nenhuma música, ao mesmo tempo em que tem o direito de acessá-las quando quiser. Sua perspectiva serve para ilustrar o modo como as relações abertas têm ganhado destaque nos relacionamentos. Neste caso, acessar sem possuir, assim como em empresas de “*leasing*” ou “*streaming*”, levam a um modo de se relacionar também “*streaming*”, aonde o acesso é pontual e sem compromissos duradouros.

Uma mudança de paradigma de posse para acesso. Os nossos pais eles estavam muito preocupados em ter coisas. Existia a questão da valorização da compra do carro, da compra da casa própria. Da compra de uma série de coisas [...] as pessoas tinham muitos livros. [...] as pessoas tinham CDs, tinham videocassetes, enquanto hoje o paradigma é o do acesso. Você não precisa ter, comprar, todos os filmes que você quer assistir... Você contrata o NETFLIX e você passa a ter acesso a uma pletera de séries e filmes. Você tem uma TV por assinatura que você acessa uma série de coisas. Você tem o

Spotify, você não tem as músicas, você não compra as músicas, você acessa as músicas, mas nenhuma música é sua. Então eu acho que pra uma geração que se habitua, uma geração que vem se habituando ao paradigma do acesso e não da posse, é muito razoável, é até bastante fácil num modelo de relação que você não tem as pessoas, você as acessa. (Ivan, 30 anos, engenheiro de produção)

Bauman (2003) reflete sobre a “liquidez” dos relacionamentos contemporâneos dentro da lógica do consumo. Para ele o sexo ganha autonomia em relação a outras dimensões da vida e passa a ser avaliado apenas pela satisfação que pode gerar. O consumo não se dá pelo acúmulo de bens, mas sim pelo uso e desuso, ou seja, na rotatividade com que se consome algo. Abrir espaço para novos bens e usos faria parte de uma engrenagem que se move a partir de um ideal de sucesso garantido em um ciclo perpétuo de compra e descarte. O “homo consumens” enxergaria na “independência” da prática sexual uma adaptação ao padrão de consumo. Neste caso, Ivan (30) fortalece essa discussão ao colocar o sexo com terceiros dentro de uma lógica de “locação”, em que não é preciso se comprometer amorosamente com terceiros, uma vez que a troca estabelecida ali seria a de consumir o sexo e não de adquiri-lo como uma parceria duradoura. Dentro da relação aberta do entrevistado, acesso e posse andam juntos. Neste caso, a lógica da posse se estrutura sua relação conjugal, enquanto que a lógica do acesso estrutura a relação do casal com terceiros.

Cláudio (42) percebe a mudança de uma geração para outra. Ele situa a cultura e a mídia como pivôs de uma maior liberdade sexual. Principalmente em lugares em que uma experiência cosmopolita está mais presente. Cláudio situa o Rio de Janeiro como um centro urbano nodal, onde se experimentaria o contato com diversas culturas estrangeiras. Em sua percepção, o carioca é um indivíduo que vive sua sexualidade de forma menos moral. O fato do Rio de Janeiro ser uma cidade turística que atrai todos os tipos de estrangeiro e também por estar situada em uma região litorânea, ou seja, que expressa outro modo de lidar com a nudez dos corpos, faz com que a cidade produza formas de relação em que a sexualidade está menos balizada por padrões morais rígidos. O entrevistado é natural da região sul do país. Seu ponto de vista leva em consideração o choque de realidades entre seus amigos de outros estados. Ele comenta que, para ele, a experiência da relação aberta surgiu apenas no Rio de Janeiro e que, em outras cidades e estados onde esteve, não teria percebido tão fortemente a influência do relacionamento aberto tanto quanto no Rio.

Porque eu vou te confessar, até eu vir morar no Rio de Janeiro eu nunca tinha dado muita atenção a esse tipo de relacionamento (aberto). Eu também nunca tinha vivido essa situação até vir morar aqui. Mesmo quando eu morei em SP, eu nunca tinha vivido essa situação de ficar com uma pessoa que tenha um outro relacionamento e apresentar essa pessoa... Então, a impressão que eu tenho é [...] que existem muitos outros casos por aí. E conversando com as pessoas que eu conheço, que viajam, elas também falam

de outros lugares que elas encontram pessoas assim. Mas eu acho que é muito centralizado nas pessoas que vivem esse tipo de relação. E como eu vivo aqui, eu acho que é mais centralizada aqui, talvez porque é um centro urbano maior, é um centro urbano que atrai mais a população gay também. Acho que tem um pouco a ver assim com o ambiente desse lugar que é o Rio. Eu trabalho no turismo, então eu vejo que as pessoas vêm muito para cá para buscar sexo, buscar festas que as pessoas se liberam mais, que as pessoas brincam mais...

Quando eu penso nos cariocas gays que eu conheço e nos meus amigos gays do Paraná, por exemplo, eu acho totalmente diferente o comportamento. Acho que os gays daqui se relacionam mais com pessoas de fora, estrangeiros, pessoas de países europeus, que têm a mente mais aberta com a sexualidade. Com americanos que também têm uma mente muito mais aberta com a questão sexual. Isso possibilita que as pessoas vivam outras experiências. Eu vejo os cariocas assim, com uma liberdade sexual diferente da minha origem, por exemplo. (Cláudio, 42, gerente de hotéis)

As razões envolvidas na escolha por um formato conjugal aberto às atrações do mercado sexual giram em torno não apenas de escolhas individuais, mas também de mudanças sociopolíticas que permitiram uma maior aceitação de diferentes estilos de vida homossexuais. Para as novas gerações, há evidentes avanços políticos que têm legitimado uma maior diversificação de vivências não heterossexuais.

A possibilidade da relação aberta se amplia pelo declínio das formas tradicionais de controle social sobre as práticas e orientações sexuais que se manifestam além da norma hegemônica. Em uma sociedade em que o exercício da sexualidade é cada vez mais legitimado em si mesmo, ou seja, fora dos parâmetros da reprodução, observamos uma maior exploração do mercado sexual para públicos que não se limitam à população gay.

Essa virada altera não só o modo como a homossexualidade é vista, como também amplia configurações afetivo-sexuais, incorporando o que antes era rechaçado como anormal. Os indivíduos passaram a ver na expressão de sua sexualidade um sentido político que representa o esforço de gerações passadas para a conquista de uma maior liberdade e respeito às minorias. Legitimar a configuração de uma conjugalidade que se articula explicitamente ao mercado sexual é permitir um arrefecimento da moralidade hegemônica que antes empurrava as relações não monogâmicas à marginalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre estilos de vida homossexuais que Pollak nos apresenta em sua pesquisa permitiu que traçássemos uma comparação com as experiências conjugais com o mercado sexual que hoje situamos no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Bem verdade que não estamos lidando com os mesmos padrões de relacionamento que o autor descreveu há mais de trinta anos. Nem mesmo podemos falar de apenas uma “homossexualidade”, visto que até o termo perdeu sua capacidade de conter a pluralidade que envolve as experiências afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

A perspectiva apresentada neste trabalho nos conduziu à discussão sobre formas de se relacionar que saem da sombra de protagonismos baseados em padrões de conjugalidade heterossexuais. O mercado sexual, acompanhando tais transformações, avançou em possibilidades de consumo que exploraram sua capacidade de funcionar para além dos muros de guetos e zonas morais que antes eram os principais refúgios às práticas sexuais não normativas. Nesse caminho, vemos também uma crescente difusão da lógica de mercado sexual nos relacionamentos que não se expressa apenas em configurações mais flexíveis, como em casos de relacionamentos abertos, mas também em modelos fechados, como em uniões monogâmicas. O mercado se fundamenta pela troca de bens e consumos, o que significa que toda relação é uma forma de troca, mesmo que o que se transfere seja de ordem imaterial, como os afetos, por exemplo. Seguindo essa reflexão, é possível explorar formas de mercado dentro de configurações monogâmicas também.

Sob a lógica da dádiva, despimos os juízos que cercavam o interesse sexual imediato de seu caráter egoísta, assim como desbancamos a noção de amor como um ato altruísta. Em ambos os casos, a perspectiva do dar-receber-retribuir se apresenta como um ato supostamente espontâneo, enquanto subjaz uma obrigatoriedade que estabelece os fundamentos de uma relação entre dois indivíduos. Todas as relações possuem, em certo grau, obrigação de um retorno àquilo que se recebe do outro.

Vários fatores influenciam a forma como se agenciam o jogo de negociações pelo qual se equaciona o dar-receber-retribuir. O aspecto do tempo se colocou como um dos principais determinantes que assinalaram distinções entre trocas com parceiros e trocas com terceiros. As relações que se situavam pela dimensão amorosa demonstraram ter menos predisposição às transações que indicassem uma reciprocidade imediata, ou seja, o envolvimento amoroso supõe um recorte temporal maior do que em relacionamentos oriundos do mercado sexual.

Toda relação é uma forma de troca, e toda troca, em certa medida, é uma forma de

mercado, independente se estamos falando de relações impessoais ou com envolvimento amoroso entre parceiros. Cabe lembrar que, em um nível mais imediato, a dádiva seria o oposto de mercado. Isso porque a dádiva não opera por retribuições que se instalam previamente por acordos financeiros. As transações da dádiva se situam por outra ordem. No entanto, estamos falando de perspectivas que atravessam, costumam e ocupam todas as formas de relacionamento. Os relacionamentos que observamos sempre têm algo de mercado e algo de dádiva, o que importa aqui é ter clareza de que trocas comerciais ou trocas baseadas no mercado sexual funcionam de forma diferente daquelas que atuam pela via da dádiva.

O amor romântico concentrou as atenções sob o mito da incondicionalidade amorosa do que se doa ao outro. Nesse aspecto, o amor se coloca como pura generosidade, como uma via sem expectativas de retribuição. A incondicionalidade do amor se baseia em mitos que a estabelecem como uma substância que se desprende dos imperativos sociais, ou seja, a dimensão amorosa no indivíduo moderno ganha destaque pelo tom revolucionário em determinar relações pautadas pela subjetividade, e que, supostamente, nega uma herança que lidava com os relacionamentos a partir de uma ética da aliança. O amor aqui foi traduzido como uma forma de afeto tal como referenciamos as relações sexuais, e não como uma substância inata, instintiva ou sequer incondicional.

Os homossexuais estudados por Pollak nos forneceram o fundamento para pensar a ideia de conjugalidade tal qual apresentamos em nossas entrevistas. Através das experiências relatadas, constatamos que relações estáveis no meio homossexual eram difíceis de vingar, dada a interferência sedutora do mercado sexual e certa falta de referências sociais para experimentar a conjugalidade. Estamos aqui nos referindo a experiências conjugais de interlocutores que acompanharam importantes mudanças sociais e que permitiram maior aceitação da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo.

Contrariamente ao que Pollak observava em meados dos anos 1980, os homens gays entrevistados apresentaram relações conjugais com relativa durabilidade. A instabilidade dos relacionamentos, antes explicada pela falta de “cimento social”, não é tão notável em casais contemporâneos. Concluímos, assim, que a maior durabilidade dessas relações se dá por dois fatores principais: o primeiro se relaciona à divulgação de modelos de conjugalidade homossexual em diferentes mídias e a conquista do reconhecimento jurídico do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, as conquistas políticas em relação aos direitos sexuais de modo geral permitiram certo arrefecimento de condutas preconceituosas e práticas discriminatórias. O alargamento de referências conduziu a uma maior possibilidade de expressão de relacionamentos entre homens gays.

O outro fator se dá pela legitimidade da relação aberta como uma configuração possível para os relacionamentos entre homens. Segundo os entrevistados, a durabilidade da relação se vincula à possibilidade do casal de experimentar o mercado sexual sem perder a coesão da relação estável, ou seja, a experiência com o mercado sexual não ameaçaria mais tão intensamente a díade conjugal. O que antes se colocava como um perigo aos relacionamentos domésticos, agora se coloca como um fator que propicia a durabilidade das relações estáveis.

Vale destacar também que todos os interlocutores em relação aberta se mostraram monogâmicos antes da viabilização dessa nova configuração, o que nos leva à reflexão de que a experiência da relação aberta parece nascer de uma experiência na qual o casal investe, num primeiro momento, esforços na estruturação de uma díade. Acreditamos que a experiência prévia da monogamia entre os casais pode propiciar a criação de uma identidade da relação que sustente formas de comunicação que permitam o estabelecimento não disruptivo de uma relação aberta.

Não estamos com isso descartando possibilidades de que casais iniciem uma experiência conjugal baseada em uma relação aberta. No entanto, observamos que a monogamia, muito mais do que um padrão conjugal, funciona de forma a construir uma comunicação que se mostrou necessária aos interlocutores como base para o reconhecimento de outras necessidades e desejos que não eram noticiados ao parceiro. O que se pretende dizer é que uma das justificativas defendidas em prol da abertura da relação se deu a partir do gatilho do desejo, ou seja, da percepção da necessidade de se estar afetivamente conectado com outros homens. Isso só pareceu possível, e talvez plausível do ponto de vista das relações, a partir de uma estrutura que não permitia esse tipo de envolvimento anteriormente. Aqui, assumimos que nossos interlocutores traçaram esse trajeto em específico, o que não significa que outras relações não possam reinventar formas e configurações e, quem sabe, se iniciar por vias que não sustentem em princípio um formato monogâmico.

Outro fator de importância foi a questão da geração. Observamos que faixas etárias distintas se apropriaram de estilos de relacionamento baseados em configurações abertas. Os mais jovens parecem se predispor a acordos que sejam mais permissivos ao contexto sexual. Podemos citar os acordos que permitem que os parceiros se relacionem com terceiros sem a presença do companheiro. Acordos que permitem a experiência sexual individualizada só foram encontrados em arranjos conjugais de interlocutores com menos de trinta anos. Por sua vez, os interlocutores em faixas etárias superiores afirmaram construir acordos nos quais os parceiros sempre estão presentes. Além disso, foram os interlocutores mais velhos que manifestaram maior preocupação com o uso indispensável do preservativo em todo e qualquer intercuro

sexual. Supõe-se que os interlocutores com mais de quarenta anos apresentam mais intensamente tal preocupação por terem vivido o início da epidemia do HIV-AIDS e suas trágicas consequências.

O afeto foi, sem dúvida, um dos aspectos fundamentais do trabalho. A dimensão do afeto nas relações entre homens gays é um tema que ganha destaque, inclusive, na área jurídica, na qual se amparam discursos em prol da legitimidade do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Pollak nos apresentou uma versão holística do afeto, traduzindo sua expressão como toda afeição que se coloca para além de experiências puramente sexuais, ou seja, que não se manifesta de maneira imediata, racional e muitas vezes anônima. Isso significa que o afeto, em sua ótica, se amparava em investimentos amorosos que não se findavam apenas em uma troca sexual imediata. O autor se propôs a diferenciar sexo e afeto e baseou seus questionamentos acerca da dificuldade enfrentada por casais gays em sustentar uma conjugalidade a partir da ideia de que havia uma constante pressão que estimulava uma separação entre essas suas perspectivas.

Como observamos, foi preciso entender o que Pollak quis exemplificar quando formulou a separação entre sexo e afeto. No nosso entendimento, tal oposição fez sentido uma vez que a comparação se dava entre sexo e amor, já que afeto é uma palavra que generaliza e engloba todas as manifestações anteriores, diferenciando-se apenas na forma como se expressa. Do mesmo modo, a maioria de nossos interlocutores se guiou pela oposição entre sexo e afeto. Foi preciso esclarecer a dúvida em relação ao uso do afeto como uma categoria oposta ao sexo. Acreditamos que se afetar faz parte de toda e qualquer experiência que conduz a uma conexão com o outro. Isso significa que sexo também é uma forma de afeição e, assim como outras formas de afeto, deve ser legitimado como tal. Nesse aspecto, nos inclinamos ao entendimento daquilo que nossos interlocutores diziam como uma diferença que se colocava entre sexo e amor, visto que ambas as expressões afetivas se destinavam de forma distinta.

Dito isso, observamos que nossos interlocutores foram essenciais na busca desse novo padrão de diferenciação. Não se tratava de separar o afeto, mas sim separar o amor. A experiência da relação aberta conduz à possibilidade de se afetar por outros, contanto que essa afetação não ultrapasse os limites de uma troca sexual. Apenas um dos interlocutores se mostrou mais flexível à questão da afetação por terceiros. Nessa experiência em particular, era possível experimentar estar com terceiros em atividades que não envolvessem apenas o ato sexual propriamente dito. O uso do termo *namoradinhos* expressa uma maior absorção do leque afetivo, o que também não significa que não existam restrições a esse tipo de relação com terceiros. Mesmo nesse caso, percebemos uma influência direta na separação entre *afeto*, que

adquire significado mais próximo de *amizade* e do *amor*. O amor estaria concentrado ao parceiro da relação conjugal, com quem divide e gerencia a vida diária.

A separação entre *sexo* e *afeto* foi manifestada por todos os interlocutores que se apresentaram como estando em algum tipo de relacionamento aberto. Os acordos, tanto explícitos quanto implícitos, tinham como fundamento a reserva da dimensão amorosa à relação conjugal. Interessante observar que, nesse sentido, nenhum dos entrevistados se mostrou flexível a um estilo de relacionamento que também permitisse outras formas de gerenciar a dimensão amorosa que não estivesse circunscrita apenas ao cônjuge, tal qual acontece, por exemplo, em relacionamentos voltados a uma lógica poliamorista.

Por esse ângulo, a relação aberta se articula a uma monogamia fundada na exclusividade amorosa ao parceiro principal, permitindo apenas que outros afetos (sexuais, amizade, etc) sejam compartilhados por terceiros. Ainda que falemos em diversas formas de se afetar pelo outro, o que percebemos foi que a maioria dos casais ainda constrói seus acordos estabelecendo que o lugar de terceiros na relação aberta é tão somente um lugar sexual.

O surgimento da relação aberta se coloca sob influência direta dos ideais da modernidade e da noção de indivíduo. O dispositivo da sexualidade se insere como eixo central do indivíduo, assim como sustenta a fundamentação de uma nova forma de estar no mundo, mais amparada por uma subjetividade e interioridade que se diz emancipada em relação aos acordos sociais. É pelo sexo que se individualiza e se autonomiza em relação às normas presentes em relações familiares, conjugais e reprodutivas. Esse cenário permitiu o aparecimento de novas formas de conjugalidade menos amparadas em propostas que estabeleçam, a rigor, o casamento como uma união indissolúvel.

Esse indivíduo mais psicologizado e autorreferido buscou independência das instituições e laços sociais compulsórios. A aptidão que o indivíduo acredita ter sobre os imperativos sociais mostrou o valor que destinou às suas próprias singularidades em uma constante busca por se diferenciar em um contexto em que o igualitarismo se difunde simultaneamente. O indivíduo necessita estar em constante exploração de si e do mundo, e, nesta “obrigação” de experimentação, a necessidade e a disponibilidade individual muitas vezes prevalecem sobre os interesses do casal. Portanto, acreditamos que o estado de disponibilidade a novas experiências e sensações em que os indivíduos devem se colocar fez surgir novas formas de conjugalidade baseadas em novos acordos que possibilitam a experimentação sexual e afetiva para além da díade do casal.

Flexibilizam-se padrões de relacionamento que antes se amparavam em acordos monogâmicos baseados em alianças indissolúveis, seja pelas obrigações que instauravam entre

famílias e linhagens, seja pelos preceitos cristãos, seja, finalmente, pelo imperativo de realizar o ideal romântico do “felizes para sempre”. A perspectiva da relação aberta se propõe a olhar por outros ângulos os acordos que instituem um casamento, uma relação e até um namoro. A proposta de abertura reflete sobre noções tradicionais como o “sacrifício” do casamento em seu entendimento de que o compromisso monogâmico e a criação dos filhos devem imolar os prazeres conjugais e os desejos sexuais.

Aqui, observamos que a lógica individualista inaugura novas formas de olhar para si e, com isso, estabelece outras configurações que se instalam no bojo das configurações dos relacionamentos entre duas pessoas. Em casos como o das relações abertas, a iniciativa mostrou que a durabilidade das relações não estava intrinsecamente ligada a um sacrifício dos desejos sexuais por outros homens, ainda que a dimensão do amor permaneça intacta ao gerenciamento exclusivo do casal. Nesse cenário, os interesses individuais se somaram às perspectivas de homens gays que, aliados a desejos voltados ao mercado sexual, constituíram padrões de relacionamento baseados em um acordo mútuo de experimentação para além da díade, inserindo assim a dimensão do desejo que não se finda na troca afetiva entre apenas dois corpos.

Cabe ressaltar que a configuração de um relacionamento aberto não é exclusividade dos homens gays. Talvez seja nem mesmo possível afirmar que o relacionamento aberto seja mais presente em casais homossexuais do que em casais héteros. Ainda que muitos autores como Weid e Heilborn continuem a enfatizar uma aproximação do mundo público gay com o mercado sexual, não podemos garantir que exista maior propensão de relacionamentos abertos para casais gays.

Por fim, acreditamos que a proposta de uma relação aberta se mostra como uma configuração que alia os interesses por um mercado sexual sedutor e diversificado com as propostas de uma conjugalidade que se pretende estável e duradoura. Conjugiar com mais de dois se apresenta como alternativa viável ao que se impunha socialmente como único padrão possível. Em síntese, a pesquisa *E viveram felizes com mais gente: a experiência de casais homossexuais no mercado sexual* nos mostrou que as experiências de um casal não precisam apenas se expressar a partir das famosas histórias de amor, ou seja, de uma gerência de relacionamento que se restringe a apenas um indivíduo, e que os afetos, tal como a felicidade, se inserem em uma trama que não se limita apenas ao casal, mas se expande por todo um emaranhado de relações potentes e possíveis de conexão com o outro. Isso parece estar permitindo que nossos interlocutores possam fazer escolhas por estilos de relacionamento que não se fundam mais em um “*felizes para sempre*”, mas que se transformaram em um “*felizes com mais gente*”.

REFERÊNCIAS

- BECKER, H. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOZON, Michel. *Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea*. *Cad. Pagu* [online]. 2003, n.20, pp.131-156. ISSN 1809-4449.
- CARRARA, Sérgio. *Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo*. *Mana* [online]. 2015, vol.21, n.2, pp.323-345.
- _____. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cad. Pagu* [online]. 2016, n.47, e164717. Epub Sep 15, 2016. ISSN 1809-4449.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. & ARAÚJO, R. B. (1977). “Romeu e Julieta e a origem do Estado”, In: Velho, Gilberto (org.). *Arte e sociedade: Ensaio de sociologia e arte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1977, pp. 130-169.
- COSTA, Angelo Brandelli and NARDI, Henrique Caetano. *O casamento “homoafetivo” e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2015, vol.23, n.1, pp.137-150.
- Deleuze, G., & Guattari, F. *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- DIAS, Maria Berenice. *União homossexual: o preconceito e a justiça*. 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- DUMONT, Louis. 1985. “Do indivíduo-fora-do-mundo ao indivíduo-nomundo”. In: *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco. Cap. 1.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber* (11ª ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1976.
- _____. (1985). “*História da sexualidade III: o cuidado de si*”. Rio de Janeiro, Graal.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012.
- FRY, Peter & MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. *O homossexual visto por entendidos*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.
- GREGORI, Maria Filomena. *Usos de Sex Toys: a circulação erótica entre objetos e pessoas*. *Mana*, vol. 17, nº 2, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, 2011.
- _____. *Mercado erótico: notas conceituais e etnográficas*. In: PISCITELLI, Adriana; OLIVEIRA ASSIS, Gláucia de; e NIETO OLIVAR, José Miguel (orgs). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, 2011b, pp.461-489.

HEILBORN, Maria Luiza (1980). “Compromisso de modernidade: casal, vanguarda e individualismo”. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, datilo.

_____. (1981). “Notas para um estudo sobre casais: a fidelidade em questão”. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, datilo.

_____. (2004). “Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário”. Rio de Janeiro: Garamond.

HOCQUENGHEM, Guy. *A contestação homossexual*. Trad. C. M. Moura. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LEVINE, Martin. “*Gay Ghetto*”, in Levine (org.). *Gay Men: the Sociology of Male Homosexuality*. Nova Iorque, Harper & Row, 1979.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: EdUsp, 1974 [1923-24].

MECCIA, Ernesto. “Los últimos homosexuales”. En revista *Caras y Caretas*, nº 2230, Buenos Aires, 2009.

MELLO, Luiz. “Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo”. Coleção: Sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MOTA, Murilo. *Ao sair do armário, entrei na velhice: homossexualidade masculina e o curso de vida*. 1ª ed, Rio de Janeiro: Faperj, 2014.

NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do. *Improváveis relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais*. 194f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

NEWTON, Esther. My Best Informant’s Dress. The Equation in Fieldwork. *Cultural Anthropology*, Vol. 8, No. 1, pp. 3-23. American Anthropological Association. 1993.

OLIVEIRA, Leandro de. “Diversidade sexual e trocas no mercado erótico: gênero, interação e subjetividade em uma boate na periferia do Rio de Janeiro”. In: DÍAZ--BENÍTEZ, Maria Elvira e FÍGARI, Carlos. *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987.

PILÃO, Antonio. *Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias*. *Ártemis*, vol. 13, jan-julho 2012, pp. 62-71.

PISCITELLI, Adriana. Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. *Cad. Pagu* [online]. 2014, n.42, pp.159-199.

POLLAK, Michael. “A homossexualidade masculina ou a felicidade no gueto?” In: *Sexualidades ocidentais* (P. Ariès & A. Béjin, orgs.), pp. 54-76, São Paulo: Brasiliense, 1987.
_____. *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade,

1990.

SALEM, Tania. O “individualismo libertário” no imaginário social dos anos 60. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*, Vol. 1, Número 2, 1991.

_____. “O casal igualitário: princípios e impasses”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 9. v. 3., fevereiro. Rio de Janeiro, 1989.

_____. Sobre o ‘casal grávido’: incursão em um universo ético. Tese (Doutorado em) Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1987.

SIMMEL, G. “Individual and Society in Eighteenth and Nineteenth-Century Views of Life (an example of philosophical sociology)” in WOLFF, K. (ed) *The sociology of Georg Simmel*. Nova Iorque, The Free Press, 1950.

_____. “Eros, Platonic and Modern”. In LEVINE, Donald (ed) *On Individuality and Social Forms*. Chicago, The University of Chicago Press, 1971.

_____. O indivíduo e a liberdade. In: SOUZA, J.; OELZE, B. (orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 2005.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: Piscitelli, A.; Gregori, M. F.; Carrara, S. (orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

TERTO Jr., V. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. *Horizontes antropológicos*, vol.8, no.17 - Porto Alegre, junho 2002.

WEID, Olivia Von Der. Swing, o adultério consentido. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2010, vol.18, n.3, pp.789-810.